

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

ANDREW WILFFORD CARDOSO VIEIRA

**IGREJA SÃO JOSÉ DO DESTERRO:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE DO BAIRRO DESTERRO,
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**



(Igreja e Largo do Desterro, por Pierre Verger, 1948)

São Luís
2025

ANDREW WILFFORD CARDOSO VIEIRA

**IGREJA SÃO JOSÉ DO DESTERRO:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE DO BAIRRO DESTERRO,
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Estadual do Maranhão,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Historiador.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva

São Luís
2025

ANDREW WILFFORD CARDOSO VIEIRA

**IGREJA SÃO JOSÉ DO DESTERRO:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE DO BAIRRO DESTERRO,
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

Aprovado em 15 de dezembro de 2025, com nota 10 pela banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva – Orientadora
Universidade Estadual do Maranhão - Geografia

Prof. Dr. Carlos Alberto Ximendes – Membro interno
Universidade Estadual do Maranhão - História

Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza – Membro convidado
Universidade Estadual do Maranhão - Geografia

São Luís
2025

Vieira, Andrew Wilfford Cardoso.

Igreja São José do Desterro: memória, história e identidade do bairro desterro, Centro histórico de São Luís-MA. / Andrew Wilfford Cardoso Vieira. – São Luís, 2025.

76 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva.

1. Patrimônio cultural. 2. História religiosa. 3. Identidade. 4. São Luís. I. Título.

CDU 719:2-9(812.1)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e serenidade em cada etapa desta caminhada. Sem a Sua presença, nada disso seria possível.

À minha família, que sempre foi meu alicerce e meu refúgio. Às minhas duas mães, Swilã Pereira Cardoso e Swanny Pereira Cardoso, por todo o amor, paciência e apoio incondicional. Aos meus irmãos, Igor Wellerson Pereira Cardoso e Nayane Deborah Pereira Cardoso, por acreditarem em mim e estarem sempre presentes com palavras de incentivo e carinho. Ao meu pai, Jorge Nelson, pela força e confiança que sempre me inspiraram a seguir em frente.

A minha orientadora Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva, pela dedicação, paciência e por acreditar neste trabalho desde o início. Suas orientações, críticas e contribuições foram fundamentais para que este estudo tomasse forma e se fortalecesse a cada etapa.

A todos os meus professores, que ao longo da trajetória acadêmica foram peças essenciais na minha formação, despertando em mim o olhar crítico, a sensibilidade histórica e o amor pelo conhecimento.

À comunidade do bairro Desterro, que acolheu este trabalho e compartilhou suas histórias, memórias e afetos, tornando possível compreender a riqueza simbólica e cultural que a Igreja São José do Desterro representa.

E, de modo muito especial ao Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza um dos Coordenadores do Projeto Inventário Participativo, iniciativa que marcou profundamente minha formação. Foi através dele que compreendi o verdadeiro valor da memória coletiva e da preservação do patrimônio como expressão viva da identidade de um povo. A experiência nesse projeto me inspirou a olhar com mais sensibilidade para o bairro do Desterro e a reconhecer na Igreja São José do Desterro não apenas um monumento, mas um símbolo de pertencimento, fé e resistência cultural.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada, deixo o meu mais sincero e profundo muito obrigado.

RESUMO

Esta monografia aborda a relação entre patrimônio, identidade e memória no contexto do bairro do Desterro, em São Luís-MA, com ênfase na Igreja São José do Desterro e na história religiosa que funda este núcleo populacional. O objetivo geral é compreender a centralidade dessa Igreja na formação cultural, social e religiosa da comunidade local. A metodologia adotada envolve uma abordagem interdisciplinar no campo do patrimônio, com análise documental, revisão bibliográfica, observação direta e entrevista semiestruturada com dezenove moradores e fiéis da Igreja São José do Desterro pela metodologia da História Oral. Tendo por base teórica a História Cultural e a Micro-História, com apoio da coleta e interpretação dos relatos orais, os resultados obtidos apontam que a igreja desempenha um papel essencial tanto como referência religiosa, quanto como símbolo de identidade e pertencimento coletivo, além de ser um marco da arquitetura e arte sacra maranhense. Destacam-se, ainda, objetos sacros, celebrações religiosas, culturas populares e atividades cotidianas associadas à Igreja e Largo do Desterro, que reforçam os laços comunitários e a memória coletiva. Por outro lado, foram identificados desafios na preservação material e imaterial do patrimônio, relacionados à urbanização e às mudanças sociais. O estudo conclui que a Igreja São José do Desterro é um elemento central na articulação temporal do processo histórico São Luís, sendo sua preservação indispensável para a continuidade da memória e da identidade cultural local.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; história religiosa; identidade; São Luís.

ABSTRACT

This monograph addresses the relationship between heritage, identity and memory in the context of the neighborhood of Desterro, in São Luís-MA, with emphasis on the Igreja São José do Desterro and the religious history that founded this population nucleus. The general objective is to understand the centrality of the Church in the cultural, social and religious formation of the local community. The adopted methodology involves an interdisciplinary approach in the heritage field, with documentary analysis, bibliographic review, direct observation and semi-structured interviews with ten inhabitants and members of the São José do Desterro Church for the Oral History methodology. I have as a theoretical basis Cultural History and Micro-History, supported by the collection and interpretation of two original stories, the results obtained indicate that the church plays an essential role both as a religious reference, as well as as a symbol of identity and collective belonging, in addition to being a framework for Maranhense sacred architecture and art. Highlights, also, sacred objects, religious celebrations, popular cultures and daily activities associated with the Church and Largo do Desterro, which reinforce community ties and collective memory. On the other hand, challenges in material and immaterial preservation of heritage have been identified, related to urbanization and social changes. The study concluded that the Igreja São José do Desterro is a central element in the temporal articulation of the historical process of São Luís, making its preservation indispensable for the continuity of memory and local cultural identity.

Keywords: Cultural heritage; religious history; identity; São Luis.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Pesquisa documental na Biblioteca Benedito Leite, seção obras raras.....	14
Figura 2: Parte da equipe do projeto “Inventário Participativo para identificação e gestão do patrimônio cultural”, Núcleo São Luís-MA	14
Figura 3 - Dia de campo para realização das entrevistas com moradores do bairro do Desterro	14
Figura 4: Planta da cidade de São Luís (1698) destaca o núcleo inicial da ocupação urbanaFonte: Planta della città de S. Luigi, Metropoli del Maragnone (1698). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	38
Figura 5: Embarcações no Porto do Desterro com Igreja ao fundo.....	42
Figura 6: Tipos de casas e sobrados	46
Figura 7: Casarão desabou e atingiu carro na rua do Giz, no bairro do Desterro	47
Figura 8: Igreja São José do Desterro nas décadas de 1970 (com fiação aparente) e 2020 (sem fiação aparente, Largo com novo calçamento e com gradis e postes baixos)	49
Figura 9: Crianças jogando bola no Largo do Desterro (“Desterro Feliz”, 2011).....	53
Figura 10: Largo do Desterro, no ano de 1948.....	54
Figura 11: Manifestações culturais do bairro do Desterro e a centralidade da Igreja São José do Desterro	57
Figura 12: Procissão dos Orixás se encerra no Largo do Desterro, lava as escadarias com água de cheiro e adentra na Igreja São José do Desterro.....	58
Figura 13: Imagem sacra de São José do Desterro.....	59
Figura 14: Bom Jesus da Cana Verde.....	60
Figura 15: Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Desterro	61
Figura 16: Sinos da Igreja São José do Desterro	62
Figura 17: Imagem de Nossa Senhora do Desterro, procissão e Largo do Desterro durante o festejo	65
Figura 18: Celebrações durante o mês Mariano	66
Figura 19: Convite da 15ª noite do Mês mariano, sob responsabilidade de duas (noitantes) moradoras do bairro do Desterro, ano de 2025	67
Figura 20: Devotos reunidos para celebração à Nossa Senhora de Fátima na Fábrica de Artes	68
Figura 21: Imagem de Nossa Senhora de Fátima levada pelas ruas do bairro do Desterro, durante mês mariano.....	68
Tabela 1: Identificação e perfil geral dos entrevistados	28
Tabela 2: História e memórias relacionadas a Igreja São José do Desterro	29
Tabela 3: Aspectos arquitetônicos da Igreja São José do Desterro	30
Tabela 4: Relações religiosas, sociais e culturais estabelecidas com a Igreja e bairro do Desterro	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CHSL – Centro Histórico de São Luís

DPHAP/MA – Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão

FUMPH – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico

FUNC – Fundação Cultural de São Luís

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município

ISJD – Igreja São José do Desterro

MAVAM – Museu de Memória Audiovisual do Maranhão

SECMA – Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZBM – Zona de Baixo Meretrício

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	16
1.1 Memória, identidade e patrimônio.....	18
1.2 Patrimônio: a história de um conceito, práticas e desafios.....	20
1.3 Religião e estudos históricos.....	24
1.4 Relatos orais como fontes vivas da história religiosa no bairro do Desterro	26
CAPÍTULO 2: O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA E O PATRIMÔNIO: A HISTÓRIA DO BAIRRO DESTERRO	35
2.1 Capital do Maranhão: breve recomposição histórica.....	35
2.2 O Centro Histórico de São Luís	36
2.3 Desterro: a história de um bairro	38
CAPÍTULO 3: RELIGIÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NO BAIRRO DO DESTERRO.....	48
3.1 A Igreja como centro de poder e organização urbana	48
3.2 O Largo do Desterro: sociabilidade e cotidiano	52
3.3 A Igreja São José do Desterro e o Largo do Desterro como referência cultural	55
3.4 Objetos sagrados: Bom Jesus da Cana Verde, São José do Desterro, Nossa Senhora do Desterro e os sinos.....	57
3.5 Celebrações religiosas: Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora do Desterro e celebração do mês mariano em devoção a Nossa Senhora de Fátima	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE A – ENTREVISTA DIRECIONADA À COMUNIDADE RELIGIOSA DA IGREJA SÃO JOSÉ DO DESTERRO	75

INTRODUÇÃO

O vínculo estabelecido com o projeto “Inventário participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural¹” foi fundamental para a elaboração deste trabalho. Desde janeiro de 2023, integro o núcleo São Luís, cuja área de estudo corresponde ao bairro do Desterro, situado no Centro Histórico de São Luís, Maranhão. Atuei como bolsista de Iniciação Científica (2023–2024) e, posteriormente, como voluntário (2024–2025), participando tanto de reuniões dedicadas a discussões teóricas sobre patrimônio cultural quanto das diversas atividades de campo realizadas no Desterro.

A equipe multidisciplinar do projeto, composta por professores e estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Geografia, Turismo, Ciências Sociais e História, teve como objetivo desenvolver, de modo participativo, uma investigação sobre as referências culturais reconhecidas pelos moradores do bairro como elementos de seu patrimônio.

A partir dessa experiência, surgiu a temática deste Trabalho de Conclusão de Curso: estudar a Igreja São José do Desterro (ISJD) no contexto histórico e cultural do bairro do Desterro. Localizada em uma das áreas mais antigas e simbólicas do Centro Histórico de São Luís, Maranhão, a ISJD integra o conjunto patrimonial tombado em nível federal (1955 e 1974) e inscrito como Patrimônio Mundial (1997). Este templo católico reúne uma expressiva herança cultural que articula memória coletiva, identidade e história

A formação socioespacial do que viria a constituir o atual bairro do Desterro desenvolveu-se em estreita relação com a presença religiosa, marcada por duas edificações católicas. O nome “Desterro” deriva da pequena ermida construída por volta de 1618, caracterizando-se como um hagiotopônimo² (Curvelo-Matos, 2014). Posteriormente, a cerca de 400 metros da ermida, o povoado passou a abrigar outra construção de caráter religioso: o monumental Convento das Mercês, cuja edificação foi iniciada em 1654 pela ordem dos mercedários.

¹ O projeto nacional “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural” (n. 420924/2022-1) foi contemplado pelo Edital Pró-Humanidades (chamada nº 40/2022), sob financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Linha de pesquisa Projetos em Rede - Políticas públicas para a promoção da cultura (5B). Com vigência de janeiro de 2023 a dezembro de 2025. O projeto é formado por quatro núcleos, em São Paulo, Ceará, Maranhão e Pará. O núcleo São Luís/MA é coordenado pelos profs. José Arilson Xavier de Souza e Saulo Ribeiro dos Santos.

² Lugares que foram denominados a partir de nomes de santos, santas ou elementos sagrados.

Atualmente, permeada pelas tradições do catolicismo popular e por outras práticas culturais, a ISJD constitui um símbolo vivo e significativo na construção identitária do bairro. Compreender o processo histórico de construção social da memória que envolve diferentes gerações, usos e manifestações culturais que tem a ISJD como referência central é fundamental para a preservação e valorização desse patrimônio.

Nesse contexto, este estudo, por meio da coleta e interpretação de documentos históricos (escritos, visuais e orais), pretende contribuir para o campo da história cultural e do patrimônio, com foco no patrimônio religioso em torno da ISJD, evidenciando tanto os objetos e as celebrações religiosas, quanto as práticas cotidianas.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender o patrimônio religioso a partir da ISJD, localizada no bairro Desterro, no Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão. Para o alcance desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Abordar os aspectos históricos de formação da ISJD e do bairro do Desterro;
- Investigar a ISJD como referência cultural e religiosa na dinâmica do bairro e sua relação com a identidade local;
- Identificar e contextualizar as celebrações e os objetos religiosos associados à ISJD, considerando a memória e o valor patrimonial atribuídos pelos fiéis e pelos moradores do bairro do Desterro.

Do ponto de vista metodológico, o método científico compreende um modo de investigar, de forma rigorosa e sistematizada, determinado fenômeno, a partir de um conjunto de referenciais teóricos e de procedimentos metodológicos que envolvem técnicas e instrumentos específicos, adequados à complexidade do objeto de estudo e ao recorte espacial e temporal estabelecido. No âmbito das Ciências Humanas, reconhece-se a existência de uma pluralidade de métodos e metodologias, capazes de responder às diferentes naturezas dos objetos investigados.

Na História³, a investigação está relacionada com as formas de compreensão e construção das narrativas históricas que possibilitem reflexões sobre as mudanças e permanências em distintas temporalidades a partir das fontes selecionadas (Moura, 2022).

Neste trabalho, utiliza-se o termo História, com inicial maiúscula, para referir-se ao campo científico e às suas abordagens teóricas consolidadas, como a História Cultural e a História Oral. Já o termo história, com inicial minúscula, é empregado quando a referência diz respeito ao processo histórico, às experiências vividas e às narrativas socialmente construídas. No que se refere à Micro-história, adota-se a inicial maiúscula quando mencionada como abordagem historiográfica, especialmente em sua primeira ocorrência ou em situações de comparação direta com outros campos da História, utilizando-se a forma minúscula se os autores citados assim o fizeram.

As fontes expressam uma forma de interpretação sobre os acontecimentos. Disso, a coleta, seleção e interpretação deve estar atenta a questões como: “1. De onde a fonte fala? 2. quem fala? 3. quais as ideias ou grupo que representa? 4. quais os objetivos que busca apresentar? 5. qual o seu contexto temporal, cultural e social?” (Moura, 2022, p.55).

A teoria, enquanto visão de mundo, associada as fontes escolhidas e organizadas pelo historiador para investigar certo fenômeno, podem trazer compreensões significativamente diferentes a depender da vertente teórica. Para Barros (2011, p.64), “É uma determinada teoria - uma certa maneira de ver as coisas - e seus instrumentos fundamentais, os conceitos, o que nos possibilita formular uma determinada leitura da realidade histórica e social”. A teoria permite “enxergar alguns aspectos e não outros, estabelecer conexões que não poderiam ser estabelecidas sem os mesmos instrumentos teóricos de que nos valem os”

Ao optar pelo campo teórico do patrimônio e da História Cultural e Micro-história (Gregory, 2019), a monografia privilegia conceitos como memória, identidade e patrimônio (principalmente a partir de autores como Choay, 2006; Salvadori, 2008; Sant’Anna, 2015; Smith, 2006 e Torino, 2013). Sobre a história religiosa e sobre contexto cultural e patrimonial do bairro do Desterro, com ênfase na ISJD, os principais autores utilizados foram Bogéa, Ribeiro e Brito (2008), Chaves (2012), Costa (2015), Costa Filho (2025), Curvelo-Matos (2014), Cutrim, Demétrio e Demétrio, (2025), Ericeira e Silva (2005), Lima (2002), Lopes (2008), Marques (2008), São Luís (2005), Souza, Silva e Marques (2024) e Vieira Filho (1971).

Já quanto à metodologia, a monografia se baseia na História Oral. Tal metodologia começou a ser utilizada em 1950, após o surgimento do gravador, com popularização em diferentes correntes das ciências sociais, como a História, Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, dentre outros, em países do continente americano e europeu (Moura, 2022).

O trabalho com documentos orais tem um duplo embasamento, o ofício do historiador e a memória individual dos depoentes. Para Neves (2000, p.110), a História Oral pode ser considerada uma prática vivificadora da relação entre a História, a memória e a identidade, ao “aguçar a consciência dos sujeitos históricos”.

Desta forma, o profissional da História, ao dedicar-se à produção de fontes orais e ao engajar-se na defesa da preservação documental e do patrimônio cultural, investe na “memória estimulada” (Neves, 2000, p.111). Por meio deste trabalho, retira da memória seu caráter espontâneo, transformando-a em fonte de produção intelectual e histórica.

Neste quadro, foram empregadas as seguintes etapas e técnicas de coleta e interpretação de dados e informações para a construção da monografia:

1) Coleta documental - consiste na análise de registros históricos e documentos oficiais que ajudam a reconstruir a trajetória da ISJD e sua relevância ao longo do tempo. Foram levantados documentos escritos e visuais na Biblioteca Benedito Leite, seção obras raras; no Museu da Memória Audiovisual do Maranhão (MAVAM) localizado no bairro do Desterro; e arquivos físicos e digitais do IPHAN, no Centro Histórico de São Luís. Etapa realizada durante o ano de 2024.

2) Observação direta no campo, participação em eventos religiosos no bairro do Desterro e conversas não-estruturadas com fiéis e moradores - realizada por meio de visitas sistemáticas na área de estudo, analisando suas condições físicas, características arquitetônicas da Igreja e a interação da comunidade, tanto no cotidiano, quanto em eventos religiosos e culturais específicos. Realizada com frequência entre janeiro de 2023 a agosto de 2025, com a equipe do projeto Inventário Participativo do núcleo São Luís.

3) Entrevistas semiestruturadas direcionadas à comunidade religiosa (APÊNDICE A) – destinada a produzir relatos orais que sirvam como fonte de compreensão à História Oral, buscando estimular a memória acerca da ISJD. No primeiro momento, as entrevistas foram realizadas com 8 (oito) moradores do bairro durante o mês de março de 2025. A segunda e terceira visitas, realizadas no mês de abril, contou com um total de 11 (onze) entrevistados. As entrevistas foram gravadas em áudio com consentimento dos depoentes e transcritas na íntegra pelo pesquisador.

4) Sistematização das informações coletadas nas etapas anteriores, interpretação e elaboração escrita da monografia associando o quadro teórico, conceitual e as fontes.

Para ilustrar melhor, a pesquisa iniciou com a coleta e seleção de registros históricos sobre o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís e da ISJD (Figura 1). Em seguida, uma revisão bibliográfica foi conduzida para fundamentar teoricamente conceitos de Micro-História, História Oral, memória, patrimônio e identidade, que permitissem uma análise contextualizada do bairro do Desterro. Em consonância, foram realizados diversos trabalhos de campo no bairro com a equipe do Inventário Participativo e reuniões de discussão (Figura 2). Complementando essa base documental, teórica e de inserção no campo, foram realizadas entrevistas com moradores do Desterro, visando produzir documentos orais para embasar a referência da igreja na vida do bairro, nas práticas culturais e devoções associadas a esse patrimônio (Figura 3).

Figura 1: Pesquisa documental na Biblioteca Benedito Leite, seção obras raras



Fonte: Acervo do autor (2024).

Figura 2: Parte da equipe do projeto “Inventário Participativo para identificação e gestão do patrimônio cultural”, Núcleo São Luís-MA



Fonte: Acervo do Núcleo São Luís, 2024 (Imagem à esq.: trabalho de campo no Desterro, conversa com moradora em frente ao Largo do Desterro. Imagem no centro: interior da Igreja São José do Desterro. Imagem à dir.: reunião de alinhamento do projeto na UEMA, prédio de Geografia).

Figura 3 - Dia de campo para realização das entrevistas com moradores do bairro do Desterro



Fonte: Acervo do Núcleo São Luís, abril de 2025.

Expostos o tema, a justificativa e a relevância do estudo, bem como os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados, apresenta-se a estrutura da monografia em três capítulos, seguidos pelas considerações finais e pelas referências.

O **Capítulo 1 - Aproximação teórico-conceitual** identifica o embasamento da pesquisa no campo da História Cultural e da Micro-História, apontando de forma sucinta alguns conceitos, obras e autores que formam o arcabouço teórico do estudo. Para tanto, o capítulo se subdivide em 1.1 Memória, identidade e patrimônio; 1.2 Patrimônio: conceito, práticas e desafios; 1.3 Religião e estudos culturais e 1.4 Relatos orais como fontes vivas da história religiosa no bairro do Desterro. O item 1.4 já traz alguns apontamentos dos documentos orais produzidos com a coleta e interpretação de dezenove entrevistas, importantes no processo da investigação.

Enquanto o **Capítulo 2 - Centro Histórico de São Luís e Patrimônio: A história do bairro do Desterro**, aborda a formação história da área de estudo, com base na revisão bibliográfica e documental do bairro do Desterro. Este capítulo fornece um contexto que ajuda a compreender a importância cultural e patrimonial, situando o bairro como parte integrante do patrimônio histórico e cultural da capital São Luís. O capítulo se subdivide em 2.1 Capital do Maranhão: breve recomposição história; 2.2 O Centro Histórico de São Luís e 2.3: Desterro: a história de um bairro.

Por fim, o **Capítulo 3 - Religião, Patrimônio e Identidade Cultural no Bairro Desterro**, concentra a investigação acerca da ISJD. Para tanto, dividimos em: 3.1 Igreja como centro de poder e organização urbana; 3.2 O Largo do Desterro: sociabilidade e cotidiano; 3.3 A ISJD e o Largo do Desterro como referências culturais; 3.4 Objetos sagrados: imagens sacras de Bom Jesus da Cana Verde, São José do Desterro e Nossa Senhora do Desterro e os sinos e 3.5 Celebrações religiosas católicas: Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora do Desterro e mês mariano em devoção à Nossa Senhora de Fátima.

CAPÍTULO 1: APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A abordagem histórica é essencial para os estudos de patrimônio, que exigem um olhar atento às camadas temporais e aos diferentes contextos sociais que moldaram determinado bem cultural.

Para Marc Bloch (2001), “a História é a ciência dos homens no tempo” e deve se basear em métodos rigorosos de análise documental e de verificação de fontes, como uma investigação cuidadosa e sistemática por uma história mais ampla e mais humana. Fernand Braudel (1979) complementa, considerando que a História, ao estudar o tempo e a sociedade, deve adotar uma abordagem interdisciplinar, explorando múltiplas temporalidades e conectando-se com outras ciências sociais.

Jacques Le Goff (2003) enfatiza que a História deve ser entendida como um campo que articula passado e presente, destacando a relação intrínseca entre História e memória.

Edward Hallett Carr (1996) compreende a história como um processo contínuo de interação entre passado e presente, no qual o historiador desempenha o papel de mediador entre diferentes tempos e significados. Para ele, a interpretação histórica não é neutra, pois reflete as questões e preocupações do presente, influenciando a forma como o passado é analisado e compreendido.

Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli reforçam a importância de um método rigoroso ao afirmar que “a História, enquanto ciência, necessita de método, que consiste na análise rigorosa e sistemática das fontes” (Cardoso e Brignoli, 1997, p. 15), conciliando objetividade e subjetividade no trabalho do historiador.

Para Maria Ângela Borges Salvadori (2008), a “história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais”. Com base em Pierre Nora, Salvadori (2008) enfatiza a História como um campo de estudos de fenômeno sempre atuais: uma ligação vivida com o eterno presente.

No processo formação de subcampos e domínios de investigação da História, a História Cultural passou por várias renovações historiográficas ao longo do tempo, sendo interpretada de diferentes maneiras desde o século XIX até a atualidade (Gregory, 2019).

A Nova História Cultural, a partir de 1970, liderada por autores como Roger Chartier, Peter Burke, Natalie Davis, Carlo Ginzburg e Robert Darnton, passou a defender que tudo que diz respeito ao modo de agir e ser dos seres humanos pode ser estudado pela História.

No século XIX e início do XX, já havia publicações de trabalhos na História a respeito dos campos social e cultural, embora pouco expressivas se comparadas às temáticas dos domínios econômico e político. De acordo com Gregory (2019), foi em meados do século XX, que o interesse por aqueles campos recebeu maior destaque entre historiadores marxistas e da escola dos Annales.

A antropologia e a teoria da literatura contribuíram significativamente para a renovação do estudo das culturas na História - com notável contribuição do antropólogo Clifford Geertz. Assim, o objetivo principal da História cultural seria decifrar os significados atribuídos historicamente.

Também como resposta ao estruturalismo e à história serial francesa, surgiu a Micro-História em meados da década de 1970, formalizando-se na década de 1980. “A micro-história é um modelo historiográfico que reduz a escala de análise para perceber aspectos que não são detectáveis na escala macro” (Gregory, 2019, p.76).

A Micro-História é uma abordagem historiográfica que surgiu da insatisfação com as grandes narrativas e a concepção de História que, tradicionalmente, focava em causas e explicações lineares de um suposto progresso histórico. Inspirada pela Antropologia Cultural, seus representantes que ganharam mais destaque são Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Poni.

Pesquisadores da Micro-História, como Carlo Ginzburg, desafiaram os modelos positivistas e marxistas predominantes na historiografia da segunda metade do século XIX, que muitas vezes ignoravam a complexidade dos processos históricos e marginalizavam práticas cotidianas por sujeitos e grupos inviabilizados nas grandes narrativas. Em vez disso, a Micro-História visa capturar a complexidade e a historicidade de eventos, situações e indivíduos específicos, revelando a riqueza dos contextos em que esses agentes atuam.

A Micro-História, portanto, não se é contrária a história global, nem tão pouco se concentra em eventos pequenos ou triviais, mas utiliza uma abordagem detalhada e minuciosa para explorar a multiplicidade e a complexidade dos contextos históricos. Esta abordagem permite a reconstrução detalhada de momentos e vivências que outras abordagens historiográficas podem não conseguir capturar. Já que a análise de um caso singular pode levantar novas questões e corrigir simplificações excessivas.

Além disso, a Micro-História se apoia em uma variedade de fontes para reconstruir o entrelaçamento de diferentes conjunturas e contextos. Assim, a micro história oferece uma perspectiva complementar à macro-história (Gregory, 2019).

Para Carlo Ginzburg (1989, p. 178), a análise micro-histórica permite “[...] a reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”.

Gregory (2019) adverte que a História Cultural e a Micro-História não são a mesma coisa e que seus historiadores podem não compartilhar das duas concepções:

A nova história cultural é um domínio da história e se dedica a estudar a cultura da melhor maneira possível, enquanto a micro-história é um modelo historiográfico que pode ser aplicado a qualquer assunto, preferencialmente voltado para a redução da escala de análise sem ignorar o todo (Gregory, 2019, p.287).

Nesse quadro, o estudo dessa monografia se compatibiliza com as perspectivas teóricas da História Cultural e da Micro-História. Com as quais, os conceitos de memória, identidade e patrimônio em face da religião serão melhor detalhados a seguir.

1.1 Memória, identidade e patrimônio

Memória, enquanto uma capacidade biológica é, também, uma relação social impregnada de escolhas. Segundo Salvadori (2008, p. 27), a memória “não exige o ser humano de esquecer, tão pouco de selecionar as emoções que essas evocações produzem”.

Neves (2000, p.110), ressalta que “Na antiga Grécia, a memória tinha uma função considerada prioritária: conferir imortalidade ao ser humano, integrá-lo ao tempo através da história, fazendo do passado o suporte do presente”. Para a autora, existem duas possíveis formas de relação da História com a memória: primeiro, a História pode ser considerada uma fonte de nutrição da memória, bem como uma fonte de informação para a construção do conhecimento histórico; e, segundo a História é um aspecto específico da cultura erudita que se concentra na produção de evidências e, portanto, tem um papel destrutivo na memória espontânea.

A memória, seguindo o pensamento de Walter Benjamin (1987, p. 239 *apud* Salvadori, 2008, p. 29), não é um instrumento para a exploração do passado, mas o meio onde se deu a evidência. A partir dessa perspectiva, a memória é sempre presente e seus significados não estão prontos para ser resgatados, já que são um processo de significação que ocorre dentro de uma cultura específica e, portanto, são mutantes, temporários e inacabados

Identidade, por sua vez, comumente faz alusão a "igual" ou "idêntico" (Salvadori, 2008, p. 31). Contudo, historicamente, o conceito foi ganhando outros significados e sentidos. Segundo o filósofo Paul Ricoeur (1991), identidade é construída através de sua

própria temporalidade, compreendendo também as transformações que ocorreram ao longo do tempo e que podem ser narradas (Salvadori, 2008).

Neves (2000), em “Memória, história e sujeito: substratos da identidade”, argumenta que a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, está intimamente ligada à rememoração do passado. A memória, ao evocar experiências passadas, serve como um mecanismo de preservação do tempo, salvando-o do esquecimento. Assim, a memória não apenas sustenta as identidades ao relembrar, mas também reafirma comportamentos e mentalidades coletivas.

Desse modo, a memória funciona como uma fonte informativa essencial para a História e como base da identidade, por meio de um processo dinâmico e dialético que integra marcas do passado com as demandas do presente (Neves, 2000). Tal pesquisadora ressalta que a identidade humana possui uma dimensão coletiva, vinculada à integração do indivíduo no processo histórico, que é compartilhado através das experiências e, inclusive, de experiências conflituosas.

De tal modo, a memória concebida a partir da História registra a pluralidade das raízes humanas. A História, com seus conceitos e métodos, pode, nesse sentido, ajudar “os indivíduos a refletirem sobre si mesmos, contribuindo para a construção das representações da memória coletiva e da identidade, que é ao mesmo tempo plural e específica” (Neves, 2000, p. 113).

No Brasil, as políticas de preservação do **patrimônio** histórico-cultural demonstram que “a identidade nacional foi construída de maneira singular, frequentemente, produzida por uma elite e consumida pelas massas, através de mecanismos de imposição, às vezes sutis” (Salvadori, 2008, p.33). Disso, as memórias resguardadas privilegiaram uma certa narrativa histórica produzida por um grupo social em detrimento de outras.

Para Torino (2013), a identidade cultural como resultado de processos sociais e de memórias compartilhadas, dá sentido a continuidade dos grupos. Quanto os grupos não se vêem representados, a identidade pode ser enfraquecida. Portanto, preservar, os bens e referências culturais que compõem o patrimônio de distintos grupos é uma maneira de ativar diferentes memórias e nutrir a identidade cultural.

Ainda que o conceito de patrimônio e os valores a ele atribuídos tenham evoluído ao longo da história da humanidade, a sua relação com a memória e a identidade sempre persistiu. Em um mundo globalizado com um “boom de memórias”, sobretudo pelas técnicas digitais e pelo mundo virtual, Torino (2013) entende que a manutenção de laços

pela memória, identidade e patrimônio tem se tornado cada vez mais forte e íntima na manutenção de laços entre as pessoas.

Diante disso, reconhecer e preservar o patrimônio a partir da memória dos moradores de determinada área – especialmente aquelas vulnerabilizadas - é fundamental porque possibilita a afirmação de identidades no tempo presente, permitindo reconhecer tanto as mudanças quanto às permanências ao longo do tempo.

1.2 Patrimônio: conceito, práticas e desafios

Derivada do latim *patrimonium* que significava bens de família transmitidos por herança de pai para filho. No transcorrer do tempo, o termo patrimônio recebeu vários outros significados e adjetivos (financeiro, genético, histórico, natural, etc.).

Segundo Choay (2006), o conceito de patrimônio vai além do simples acúmulo de bens materiais e imateriais. Ele envolve a ideia de um processo dinâmico em que a sociedade reconhece e atribui valores simbólicos a objetos e práticas, os quais se tornam portadores de memória coletiva. O patrimônio, nesse sentido, concentra uma construção cultural e política que reflete os interesses, as identidades e as dinâmicas sociais presentes em um determinado contexto histórico.

Desse modo, o patrimônio estabelece relações de continuidade ou ruptura, permanência ou mudança. O patrimônio se constitui através da valorização material e/ou simbólica dada a um bem ou a um conjunto de bens. O patrimônio histórico, em particular, é composto por um conjunto de bens que permitem o reconhecimento do passado coletivo de uma sociedade ou cultura, e dos elos que nos ligam a ela (Salvadori, 2008, p. 12).

O patrimônio cultural se forma justamente no vínculo entre história e identidade. Como afirma Rostoldo (2021, p. 161), “é por meio das transformações históricas que as sociedades constroem seus patrimônios e reafirmam quem são. Reconhecer um bem como patrimônio é, portanto, reconhecer a história de um povo”, com seus valores e crenças ao longo do tempo.

Além da visão geral sobre o patrimônio e a necessidade de diferentes formas de valorização (registro, tombamento, conservação, preservação e educação patrimonial), a classificação dos bens culturais em categoria material e categoria imaterial possibilita uma compreensão mais ampla sobre o que se preserva ao longo das gerações.

O **patrimônio material** compreende os bens físicos de valor histórico, artístico e cultural, incluindo monumentos, edificações e sítios arqueológicos. Enquanto o **patrimônio imaterial** envolve práticas culturais, expressões e conhecimentos que,

mesmo sem uma forma tangível, carregam significados fundamentais para a identidade coletiva.

Essa distinção foi reconhecida oficialmente pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que ampliou as políticas de proteção para incluir festividades, danças e saberes tradicionais, reforçando que o patrimônio imaterial é tão essencial quanto o físico para a continuidade cultural (UNESCO, 2003).

No Brasil, o conceito de patrimônio passou por um processo de ampliação ao longo do século XX. Inicialmente voltado à preservação de edifícios históricos de valor arquitetônico, expandiu-se para abarcar elementos imateriais da cultura popular.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, posteriormente transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi um marco nesse processo.

Nos anos 1930, Mário de Andrade atuou para a promoção da cultura brasileira, estabelecendo as bases para a preservação do patrimônio artístico e para os estudos sobre o folclore - que ele via como parte da cultura popular. Suas experiências e escritos subsidiou, anos depois, a criação da Comissão Nacional de Folclore e fundamentou o anteprojeto para a criação do SPHAN (Chuva, 2021).

No Brasil, a vinculação direta entre patrimônio e nação consolidou a ideia de patrimônio como essencialmente arquitetônico. “Essa visão, ainda que dominante por muito tempo, foi sendo questionada e ampliada, permitindo que práticas culturais imateriais também fossem reconhecidas e protegidas” (Salvadori, 2008, p. 18).

Para Françoise Choay (2006), em suas pesquisas sobre origem, evolução e significado do conceito de Patrimônio Cultural e Histórico, “a preservação do patrimônio histórico representa um ato de resistência à modernidade, buscando manter vivos os traços identitários e culturais de uma sociedade em constante transformação” (Choay, 2006, p. 23). Essa preservação visa conservar a materialidade dos espaços e também proteger e ativar as memórias e significados simbólicos atrelados a esses patrimônios.

A abordagem mais contemporânea nas políticas de patrimônio reconhece que o patrimônio, para ser preservado de maneira eficaz, precisa incorporar tanto os aspectos tangíveis quanto os intangíveis da cultura. Dessa forma, reflete a necessidade de proteger não apenas os bens materiais, mas também as memórias, práticas e saberes que conferem significado a esses bens. De modo geral, a gestão do patrimônio é considerada quanto à preservação e/ou conservação a depender do tipo de bem cultural.

A **preservação** se refere a um conjunto de ações que constituem o processo de patrimonialização, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas, que visam mantê-los ou lhes dar continuidade. Esse conceito está atrelado à gestão prática do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão (Sant'Anna, 2015).

A preservação envolve decisões políticas, administrativas e operacionais para viabilizar as medidas de proteção, incluindo recursos financeiros, profissionais capacitados, edificações utilizadas, tipos de instalações, equipamentos requeridos e normas regulamentadoras. Dessa forma, sua função principal é assegurar a integridade dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Já a **conservação** de bens culturais é um conjunto de práticas e técnicas destinadas a garantir a integridade física e funcional dos bens patrimoniais, assegurando sua durabilidade e continuidade histórica. Essas práticas incluem medidas preventivas, como controle ambiental, monitoramento e planejamento adequado de uso, além de intervenções diretas para estabilização de danos e restauração, quando necessário (Muñoz Viñas, 2005).

A conservação tem como finalidade manter as propriedades físicas e culturais dos objetos para que estes sobrevivam ao tempo com seus valores, principalmente sociais, devidamente preservados. Suas operações incluem a aplicação de todos os meios possíveis para garantir uma correta conservação e manutenção, como segurança física, controle ambiental adequado (clima, iluminação, acondicionamento, transporte), além do monitoramento das condições de temperatura, umidade, incidência de luz e etc.

A definição do que é considerado historicamente significativo para ser considerado patrimônio e, portanto, conservado e preservado, é uma questão complexa e multifacetada. Mário Prata (2000), em seu artigo "A Estátua", levanta questões importantes sobre quem tem a autoridade para definir a relevância histórica de certos bens, para quem essa definição é feita, e em qual contexto temporal e por quais motivos certos bens são avaliados como historicamente relevantes (Prata, 2000 *apud* Salvadori, 2008).

A escolha do que deve ser preservado e valorizado como patrimônio histórico é, muitas vezes, uma zona de conflitos. Esses conflitos podem envolver diferentes atores sociais, como autoridades governamentais, especialistas em preservação, comunidades locais, e até mesmo interesses econômicos. Cada um desses grupos pode ter diferentes critérios e motivações para considerar algo como patrimônio histórico. Por exemplo, as

autoridades podem priorizar bens que representem a identidade nacional, enquanto as comunidades locais podem valorizar elementos que tenham significado cultural e emocional para elas, muitas vezes se configurando como uma identidade subalterna, subversiva ou subvalorizada se comparada ao discurso da identidade nacional adotada em escala mais macro.

O patrimônio, seja material ou imaterial, é parte da memória de um lugar. Ele carrega história, afetos e a forma como a comunidade se reconhece. Mas nada disso é escolhido ao acaso. Como lembra Chuva (2021, p. 22), “coloca-se em discussão hoje a representatividade social do processo de seleção de bens culturais que se tornam patrimônio”. Ou seja, algum agente decide o que vale ser lembrado — e isso influencia diretamente na identidade coletiva.

Por isso, quando um patrimônio se perde, não é só o bem que desaparece. Há também um impacto simbólico. Chuva (2021, p. 23) destaca “a ambivalência dos efeitos da patrimonialização [...] em relação à sua mercantilização”, mostrando que a disputa entre preservação e interesse econômico gera tensões que afetam a memória do grupo.

No fim, preservar é garantir continuidade — manter viva a história que liga as pessoas ao território. E isso também envolve reconhecer que “novos objetos – materiais ou imateriais – passam a ser vistos na perspectiva da patrimonialização” (Chuva, 2021, p. 23), ampliando o que entendemos hoje como memória e referência cultural.

Disso, estudos da História Cultural e da Micro-História poderem colaborar para precisar essas múltiplas narrativas frente ao patrimônio. No caso dessa monografia, sobretudo do patrimônio em interface com a religião pela Igreja São José do Desterro.

De acordo com o Dossiê produzido a partir do projeto Inventário participativo do bairro do Desterro (Souza e Silva, *no prelo*), a ISJD está tombada desde as primeiras ações patrimoniais na capital ludovicense:

- O “conjunto arquitetônico e paisagístico do Largo do Desterro” teve seu tombamento a nível federal (processo nº 454-T-51) no ano de 1955, inscrito no Livro do Tombo Belas Artes (inscrição nº 433, em 23 de dezembro).
- Posteriormente, ampliado para “conjunto arquitetônico e paisagístico da Praia Grande, Desterro e Portinho (Tombamento estadual – Decreto Estadual nº 10.089. SECMA nº 0689, de 26 de julho de 1983. Livro Tombo nº 37, folha nº 08, em 16 de dezembro de 1986. Tombamento federal – processo nº 454-T-57. Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico, inscrição nº 64, de 13 de março de 1974 e 15 de julho de 2014) (Souza e Silva, *no prelo*).

- Já em um terceiro momento, parte do “Centro Histórico de São Luís/MA” foi tombado como patrimônio mundial da humanidade (Inscrição nº 821 da Lista de Patrimônio da UNESCO, em 6 de dezembro de 1997).

Em todos esses tombamentos, a Igreja São José do Desterro fazia parte dos bens considerados por seu valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural.

É válido reconhecer esses tombamentos enquanto marcadores históricos das políticas patrimoniais que, a partir de então, começaram a fomentar mais ações em torno desses bens patrimonializados. Contudo, o intuito dessa investigação não é se limitar ao patrimônio instituído (Smith, 2006), mas a memória e identidade que dão sentido a relação patrimonial dos moradores – especialmente com o bem cultural ISJD, em suas práticas cotidianas (sociais, econômicas, culturais e religiosas).

Nesse sentido, investigar o patrimônio relacionado a ISJD no bairro do Desterro não se limita à conservação das estruturas físicas, mas se estende à valorização das tradições e narrativas que compõem a identidade coletiva local.

A memória coletiva e a história compartilhada formam a identidade cultural, fortalecendo o pertencimento de uma comunidade. No bairro do Desterro, essa identidade se expressa tanto nas edificações, quanto nas práticas religiosas que atravessam gerações e dão continuidade histórica ao patrimônio (Sant’Ana, 2015; Savadori, 2012; Torino, 2013).

1.3 Religião e estudos históricos

A religião pela perspectiva da História é compreendida como um fenômeno que abrange aspectos religiosos, culturais e sociais, sendo investigada não apenas como um conjunto de crenças e práticas, mas também como um arranjo que influencia e molda as estruturas sociais, políticas e culturais, historicamente.

A partir da perspectiva de Jacques Le Goff (2003), a religião pode ser compreendida como uma estrutura de mentalidades que influencia profundamente o comportamento e a organização das sociedades, impactando tanto as experiências individuais quanto as dinâmicas sociais mais amplas.

Segundo Mary Del Priore (2011), as manifestações religiosas, por meio de suas festas, templos e devoções, são expressões da cultura e da identidade de uma sociedade, moldando a maneira como as comunidades percebem a si mesmas e se relacionam com o passado.

No caso do bairro Desterro, trabalhos históricos importantes já foram produzidos, abordando, principalmente, o desenvolvimento urbano da capital maranhense a partir da instalação das ordens religiosas.

Estudiosos como Bogéa, Ribeiro e Brito (2008) investigaram o papel das ordens religiosas no controle e organização social local, enfatizando como a Igreja Católica moldou a estrutura e os costumes da comunidade desde o período colonial até os dias atuais. Obras arquitetônicas, como a ISJD e o Convento das Mercês, no bairro Desterro, revelam a complexidade das interações culturais e sociais que compõem a identidade do bairro e reforçam a importância do patrimônio religioso como símbolo de continuidade histórica.

A historiografia da religião no Maranhão, em geral, e no bairro Desterro, em particular, destaca como a religiosidade popular e as práticas culturais locais também contribuem para um sentido coletivo de pertencimento.

A esse respeito, segundo Mota e Capel (2024), as irmandades e comunidades de fé desempenharam um papel fundamental na preservação e adaptação das expressões religiosas ao longo do tempo, por exemplo. Essas associações não apenas fortaleciam a identidade dos grupos sociais a que pertenciam, mas também serviam como espaços de sociabilidade e resistência diante das transformações políticas e econômicas que marcaram o Maranhão. Dessa forma, a história dessas irmandades permite compreender a riqueza do acervo cultural e sacro de São Luís e os desafios enfrentados ao longo dos séculos para sua preservação.

Para compreender a formação religiosa, artística e cultural do Maranhão é de vital importância retornar às ações das Ordens Religiosas durante o período colonial. Os jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários desempenharam funções que ultrapassavam a catequese, influenciando profundamente a economia, o território e a própria organização social maranhense:

No Maranhão, a presença das Ordens Religiosas, como os jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários, foi fundamental na pacificação e catequização dos povos indígenas, exercendo um controle significativo sobre a economia local que dependia da mão de obra indígena para a agricultura e a extração de recursos naturais. Estas ordens consolidaram uma relação simbiótica com a Coroa Portuguesa, refletindo a complexidade das interações entre religião e política no Brasil Colônia (Bogéa; Ribeiro e Brito, 2008, p. 8).

As ordens religiosas tinham um caráter de ocupação e desenvolvimento territorial, tanto que a instalação da construção dos prédios era estratégica.

Ademais, a atuação dessas ordens em associação à Coroa portuguesa não permaneceu estática. As tensões com os colonos e as reformas pombalinas, por exemplo, reconfiguraram a administração religiosa em São Luís

A forte presença jesuítica gerou conflitos com os colonos, resultando na expulsão da Ordem em 1662 e 1684. Após a segunda expulsão, outras Ordens religiosas assumiram a administração das aldeias, reduzindo o domínio temporal dos jesuítas. No entanto, o trabalho catequético dos jesuítas continuou até 1759/60, quando foram definitivamente expulsos de todas as colônias portuguesas. As estratégias de evangelização jesuíticas, com seu alto grau de organização e disciplina e o estilo barroco de expressar a fé, foram eficazes na propagação do cristianismo e na integração dos autóctones à sociedade colonial, promovendo um hibridismo cultural, especialmente nas atividades artísticas (Bogéa; Ribeiro e Brito, 2008, p. 9).

Com a expulsão dos jesuítas e o enfraquecimento do clero, as Irmandades e a sociedade civil possuíam a manter o patrimônio religioso. Entre os templos que se destacam nesse contexto, “a Igreja São José do Desterro, localizada no bairro homônimo em São Luís, representa um importante elo entre a religião e a história local, simbolizando a permanência e a adaptação da fé católica ao longo dos séculos” (Bogéa; Ribeiro e Brito, p. 12).

Essa nova reorganização administrativa e o declínio da autoridade jesuítica abriram espaço para novas dinâmicas religiosas. As Irmandades leigas, por exemplo, assumiram papel central na manutenção da fé católica, especialmente nas áreas urbanas. Esse deslocamento de poder também nos ajuda a entender a continuidade de templos religiosos que sobreviveram a períodos de instabilidade como por exemplo, a ISJD.

Ao longo dos séculos XIX e XX, fatores políticos, econômicos e urbanos agravaram a situação dos templos religiosos no Maranhão. A crise pós-abolição, as transformações republicanas e os projetos de modernização alteraram profundamente o patrimônio sacro. Segundo Bogéa, Ribeiro Sousa e Brito (2008), esse processo resultou na perda de inúmeros edifícios e acervos:

Muitos templos coloniais ruíram e foram substituídos por edificações frágeis que também desmoronaram nas primeiras décadas do século XX. O breve período de prosperidade industrial e a separação entre Igreja e Estado durante a Primeira República resultaram na diminuição da influência do catolicismo na vida cotidiana, com novas formas de lazer laicas ganhando destaque e outras práticas populares, como sindicatos e clubes (Bogéa; Ribeiro e Brito, 2008, p. 14).

A partir da década de 1940, a estagnação econômica agravou o abandono e a descaracterização das igrejas e do acervo sacro. “Em São Luís, templos foram demolidos

sob o pretexto de urbanização, e a modernização provocou ainda mais perdas no patrimônio religioso” (Bogéa; Ribeiro Sousa e Brito, 2008, p. 14).

Apesar disso, os autores concordam que a capital maranhense ainda possui um conjunto sacro de inestimável valor que necessita ser estudado e preservado

1.4 Relatos orais como fontes vivas da história religiosa no bairro do Desterro

A escolha metodológica de uma pesquisa se configura como uma etapa de decisão profundamente ligada aos objetivos do estudo, ao tipo de conhecimento a ser construído e à relação do pesquisador com o objeto investigado.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas de forma estruturada, com perguntas previamente elaboradas, distribuídas em 17 questões divididas em áreas temáticas (APÊNDICE A). No total, foram realizadas 19 entrevistas com moradores locais e pessoas que viviam no bairro, mas não residiam ali. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e interpretadas.

As entrevistas realizadas com os moradores do bairro Desterro revelaram múltiplas dimensões da relação da comunidade com a ISJD, como os valores simbólicos individuais e coletivos e as alterações nas práticas culturais e religiosas a partir das percepções dos entrevistados.

A produção desses documentos orais foi fundamental porque permite perceber diferenças geracionais, o uso e a concepção do patrimônio religioso com ênfase na ISJD.

No que se refere à identificação dos depoentes, esta pesquisa adotou diferentes procedimentos éticos, de acordo com o contexto de produção das entrevistas. Parte dos relatos orais foi coletada especificamente para este Trabalho de Conclusão de Curso, mediante autorização verbal dos participantes para gravação e uso acadêmico das informações. Nesses casos, optou-se pela preservação do anonimato, utilizando-se nomes fictícios e códigos de identificação (Entrevistado 1, 2, 3, etc.).

Em outros momentos do trabalho, especialmente no Capítulo 3, são utilizados depoimentos identificados nominalmente. Tal procedimento se justifica pelo fato de que essas entrevistas foram realizadas no âmbito do Projeto Inventário Participativo para identificação e gestão do patrimônio cultural, que dispõe de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) formalmente assinado pelos participantes, autorizando o uso de seus nomes em pesquisas acadêmicas, registros e publicações.

A seguir, a tabela sintetiza o perfil e alguns trechos selecionados das entrevistas e, na sequência tecemos alguns comentários acerca dos relatos orais coletados.

Tabela 1: Identificação e perfil geral dos entrevistados

Nome fictício adotado no TCC	Idade	Sexo	Profissão/ocupação	Morador do Desterro?	Há quanto tempo?	Bairro que reside (se não for do Desterro)	Ligação com o bairro	Frequência na igreja	Como tomou conhecimento da igreja
Entrevistado 1	49	M	técnico em saneamento	sim	nascido e criado		Morador	eventual	mora no bairro
Entrevistado 2	66	M	cabelereiro	sim	45 anos		Morador	assídua	mora no bairro
Entrevistado 3	64	M	professor universitário e artista plástico	sim	24 anos		Morador	eventual	mora no bairro
Entrevistado 4	45	M	auxiliar administrativo	não	-	Centro	Trabalho	assídua (trabalho)	pelo trabalho
Entrevistado 5	45	M	auxiliar de serviços gerais	não	-		Trabalho	assídua (trabalho)	pelo trabalho
Entrevistado 6	44	M	autônomo	não	-	Madre Deus	não respondeu	eventual	visitou recentemente
Entrevistado 7	70	M	ex-garçom	sim	10 anos		Morador	nunca frequenta; só por trabalho	pelo bairro e trabalho
Entrevistado 8	74	F	aposentada	sim	30 anos		Morador	assídua	mora no bairro
Entrevistado 9	-	M	funcionário público	não	-	mora no município de Caxias, mas morou 30 anos no Desterro.	Afetiva	eventual	morava no bairro
Entrevistado 10	68	M	técnico administrativo	não	-	não respondeu	Morador	assídua	por tradição religiosa
Entrevistado 11	46	F	'do lar"	sim	36 anos		Moradora	assídua	mora no bairro
Entrevistado 12	41	M	arquiteto	sim	nascido e criado		Morador	assídua	mora no bairro
Entrevistado 13	56	F	cozinheira	sim	35 anos		Moradora	assídua	mora no bairro
Entrevistado 14	65	M	comerciante	sim	65 anos		Moradora	eventual	mora no bairro
Entrevistado 15	46	F	vendedora ambulante	sim	2 anos		Moradora	eventual	mora no bairro
Entrevistado 16	60	F	aposentada	não	-	praia grande	trabalho	eventual	mora perto do bairro
Entrevistado 17	34	M	autônomo	sim	7 anos		Moradora	eventual	mora no bairro
Entrevistado 18	69	M	operador cinematográfico	sim	desde de criança		Morador	assídua	mora no bairro
Entrevistado 19	77	M	benzedeira, rezadeira	sim	nascida e criada		Moradora	assídua	mora no bairro

Tabela 2: História e memórias relacionadas a Igreja São José do Desterro		
Nome fictício adotado no TCC	Histórias ou tradições relacionadas à Igreja lembradas?	A preservação da Igreja é importante para a memória do bairro do Desterro? Como?
Entrevistado 1	Funcionou como cemitério; missas aos domingos	Sim. É a Igreja mais antiga do Maranhão e tem grande destaque na comunidade; aos domingos lota.
Entrevistado 2	Procissão do Senhor Bom Jesus da Cana Verde; missas dominicais	Sim, é fundamental, se deixar ruir acabou tudo, não tem pra quem contar futuramente, netos, bisnetos
Entrevistado 3	“Sempre gostei daqui” (frequência pessoal)	Sim, não só do bairro, mas do Brasil, ela tem uma fachada especial em relação as fachadas mais comuns do Brasil, ela é “incomum”.
Entrevistado 4	Procissão Bom Jesus da Cana Verde	Sim, Igreja antiga, com muitas memórias para o bairro
Entrevistado 5	Igreja mais antiga	Sim, sem preservação tudo se destrói
Entrevistado 6	Não lembra	Sim, pela importância da restauração
Entrevistado 7	Pouco lembra; não frequenta	Sim - não continuou a responder.
Entrevistado 8	Festejo de Nossa Senhora do Desterro, Cana Verde	Sim - não continuou a responder.
Entrevistado 9	Túnel, festejos de Nossa Senhora do Desterro, mês de maio	Sim, porque é ponto turístico do Centro, Igreja mais antiga do MA.
Entrevistado 10	Quaresma, mês Mariano, dia do Pentecostes, Festejo de Nossa Senhora do Desterro	Sim, importante para o bairro e para a Cidade
Entrevistado 11	Dia a dia, mês Mariano, celebrações nas missas, Festejo de Nossa Senhora do Desterro	Sim, ponto de reunião todos os domingos
Entrevistado 12	Celebrações do Mês Mariano (30 anos), Procissão do Bom Jesus da Cana Verde	Sim, referência do bairro pela comunidade
Entrevistado 13	Cemitério, tradição religiosa, Procissão Bom Jesus da Cana Verde (não mais realizada)	Sim, fundamental, que continue funcionando
Entrevistado 14	Festa do Bom Jesus da Cana Verde	Sim, atrai turistas
Entrevistado 15	Não lembra de nenhuma	Sim
Entrevistado 16	Festejo, quadrilha, boi	Sim, porque é a Igreja mais perto
Entrevistado 17	Nenhuma, porque não morava aqui	Sim, cada um de nós precisa ter fé
Entrevistado 18	Missa todo domingo de manhã e à noite; Festejo de Nossa Senhora do Desterro; Mês Mariano	Sim, tem muito turista, é a primeira Igreja do MA, deveria ser mais bem cuidada
Entrevistado 19	Catecismos, primeira comunhão, crisma, Festa de Nossa Senhora do Desterro, Mês Mariano, Bom Jesus da Cana Verde	Sim, é uma das Igrejas antigas com longa História

Tabela 3: Aspectos arquitetônicos da Igreja São José do Desterro

Nome fictício adotado no TCC	O que chama mais a sua atenção na arquitetura da ISJD?	Você considera que a Igreja está sendo bem preservada e cuidada? Se não, o que poderia melhorar?
Entrevistado 1	Interior da Igreja	Sim
Entrevistado 2	Fachada e interior da Igreja	Sim
Entrevistado 3	Fachada e interior da Igreja	Sim
Entrevistado 4	Fachada, interior e arte sacra	Sim
Entrevistado 5	Fachada	Não, telhado, forro e infiltrações, precisam de cuidado
Entrevistado 6	Fachada	Sim
Entrevistado 7	Fachada	Sim
Entrevistado 8	Interior	Não, telhado precisa de reforma
Entrevistado 9	Fachada	Sim
Entrevistado 10	Interior da igreja, arte sacra	Sim, mas poderia ser mais pelos órgãos públicos
Entrevistado 11	Fachada, interior, arte sacra	Sim, cuidados da Comunidade
Entrevistado 12	Fachada	Sim, pela comunidade
Entrevistado 13	Fachada	Sim
Entrevistado 14	Interior	Não, pintura e manutenção precisam de reformas
Entrevistado 15	Fachada, interior, arte sacra	Sim, poderia preservar mais, poderia ficar aberta durante o dia
Entrevistado 16	Arte Sacra	Sim
Entrevistado 17	Fachada	Não
Entrevistado 18	Fachada	Sim
Entrevistado 19	Fachada, interior	Sim, a pintura tem que melhorar

Tabela 4: Relações religiosas, sociais e culturais estabelecidas com a Igreja e bairro do Desterro

nome fictício adotado no TCC	o que a ISJD representa para o Bairro?	Você percebe a Igreja como um centro de poder ou influência no bairro Desterro?	Qual a importância da ISJD para o fortalecimento da identidade local?	Qual o maior legado da ISJD para a história de São Luís?
Entrevistado 1	Um marco.	Sim. É patrimônio do bairro; o entrevistado inclusive compôs uma música sobre ela.	Não souber responder	
Entrevistado 2	Patronos do bairro, São José e Nossa Senhora	Influência Sim, poder não	Muito influente, todos participam das missas.	Ser a Igreja mais antiga.
Entrevistado 3	Entrevista interrompida	Não respondeu	Festejos de agosto; mês mariano; ladainhas	Igreja mais antiga
Entrevistado 4	Representa a fé das pessoas	Sim, influencia a vida das pessoas, esse povo não	Cultura, atividades, memória e história	A Igreja caiu várias vezes e a comunidade reergueu a igreja
Entrevistado 5	“Acho que sim”	Não soube responder	Não soube responder	Não respondeu
Entrevistado 6	Muito importante; visitantes falam bem da Igreja	Não respondeu	Não respondeu	Muito importante a preservação dela, a memória, a manutenção dela, tudo prevalece
Entrevistado 7	“Um bocado de coisa”; é muito antiga	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Entrevistado 8	A fé e as festas	Sim	As tradições	A fé e a história
Entrevistado 9	Ponto principal, antigamente movimentado pelo Zé Maria	Sim	Ponto máximo do Desterro, chama turistas	Religiosidade, religião
Entrevistado 10	Aspecto religioso, falta pertencimento	Não informado	Fortalece quando comunidade entende seu papel	Histórico, cultural, artístico e humano
Entrevistado 11	Representação útil pela fé	Não, é refúgio	Não soube responder	Não soube responder
Entrevistado 12	Maior identidade, símbolo do bairro	Não informado	Sintetiza a identidade do bairro	História, templo antigo
Entrevistado 13	Comunidade de fora valoriza mais	Não	Potencial, mas comunidade não abraça	Acolhimento, recebe pessoas de fora
Entrevistado 14	Poucas pessoas do bairro, visitantes de fora, ex-moradores voltam	Sim, influencia fiéis	Importante, uma das primeiras do bairro	história
Entrevistado 15	Não sabe responder	Não sabe responder	Boa	Não soube responder
Entrevistado 16	Representa muita coisa, recebe gente de outros lugares	Não soube responder	Não souber responder	Não soube responder
Entrevistado 17	Representa a fé	Não	Não soube responder	Não soube responder
Entrevistado 18	Muita coisa importante	Sim, qualquer coisa que a pessoa quer fazer, faz na frente da Igreja, filmagens, gravações de novelas, comerciais de Governo	Muito positiva	Tudo
Entrevistado 19	Representa muito; a Igreja é acolhedora	Influencia	Valorizam; Tambor de Criola participa das festas, por exemplo	História

Fonte: Relatos orais coletados em março e abril de 2025, no bairro do Desterro. Organização do autor (2025).

Em relação ao local de moradia, a maioria dos entrevistados reside no próprio bairro do Desterro: treze afirmaram morar no bairro, enquanto seis não residem, mas mantém vínculos com o Desterro por trabalho ou por visitas a familiares e amigos. Esse dado é importante porque influencia diretamente a memória que cada pessoa mobiliza e a intensidade do vínculo afetivo com a Igreja, elemento central da entrevista.

Quanto a faixa etária, o entrevistado mais jovem tem 34 anos (entrevistado 17), enquanto a mais idosa é a entrevistada 19, com 77 anos. No total, quinze entrevistados têm mais de 40 anos, dois têm mais de 70 e dois optaram por não informar a idade (entrevistados 9 e 19), possivelmente com idades superiores a 40 anos também. Essa variação revela um ponto importante: os entrevistados mais velhos tendem a relatar memórias mais detalhadas sobre tradições religiosas e culturais, enquanto os mais jovens, em especial aqueles com menor tempo de moradia e vínculo com o Desterro, demonstram menos conhecimento sobre a história da Igreja e do bairro.

O tempo de moradia reforça essa questão geracional. Muitos entrevistados se consideram moradores antigos, incluindo aqueles que nasceram e foram criados no Desterro, como os entrevistados 1, 9, 18 e 19. Outros, como a entrevistada 15 (vendedora ambulante, 2 anos no bairro) e o entrevistado 17 (autônomo, 7 anos morando no Desterro), são considerados novos no território. Já o entrevistado 9, funcionário público, embora não more mais no bairro, conhece e relata muito bem as histórias acerca da ISJD e da dinâmica cultural do bairro. Essa combinação ajuda a entender por que alguns relatos são carregados de memória afetiva e outros são mais distanciados.

As profissões também mostram um perfil socioeconômico variado, com ocupações como técnico em saneamento (1), aposentado (2), comerciante (14), auxiliar administrativo (4) e auxiliar de serviços gerais (5). Essas duas últimas, inclusive, são assíduas na Igreja por motivo de trabalho. Entre os demais, há autônomos (6 e 17), trabalhadores informais, vendedor ambulante (15), dona de casa (11), ex-garçom (7), Arquiteto (12), Professor Universitário (3) e outros. A diversidade ocupacional explica, em certa medida, a diferença entre entrevistados que têm presença constante no bairro e os que transitam por ali apenas durante o expediente.

Quanto à forma de conhecer a ISJD, quatorze pessoas afirmaram que o contato veio do fato de morar ou ter morado no bairro. Duas conheceram a Igreja pelo trabalho, uma por passagem/turismo, outra por tradição religiosa familiar e uma por residir em bairro vizinho. Esse dado reforça que, embora a Igreja esteja situada no Desterro, seu alcance simbólico ultrapassa os limites do bairro.

Em relação à frequência, dez entrevistados se consideram assíduos. Destes, dois (4 e 5) o são por exercerem funções profissionais na ISJD. Oito frequentam de forma eventual e apenas um afirmou não frequentar. É interessante notar que, mesmo entre os que não participam ativamente das celebrações dominicais, há reconhecimento da relevância histórica e religiosa da Igreja.

Quando questionados sobre histórias, tradições e memórias relacionadas à Igreja, a maioria lembrou de práticas como a Procissão do Bom Jesus da Cana Verde, o Mês Mariano, as missas dominicais e celebrações específicas do calendário religioso, como Pentecostes e Quaresma. Foi mencionado antigas narrativas sobre túneis subterrâneos, a utilização da ISJD como cemitério e histórias cotidianas vividas no entorno. Esses relatos evidenciam que a Igreja permanece como referência simbólica, ainda que o envolvimento religioso tenha diminuído entre parte dos moradores.

Sobre a importância da preservação da ISJD, houve unanimidade: todos consideram a Igreja fundamental tanto pelo valor histórico quanto pelo religioso. No entanto, surgiram críticas pontuais sobre a conservação. Quatorze entrevistados avaliam que a ISJD está bem cuidada, enquanto quatro apontaram problemas estruturais — especialmente no telhado, segundo a entrevistada 5 e a entrevistada 8, ambas assíduas. Um dos entrevistados também mencionou a necessidade de pintura. Interessante que dois entrevistados assíduos como fiéis, mencionaram que a Igreja estava sendo cuidada pela comunidade.

Ao serem convidados a explicar o que a Igreja representa para o bairro, surgiram expressões significativas à identidade “um marco” (1), “representa a fé” (4, 8, 11 e 17), “a maior identidade do bairro” (12) e “acolhedora” (19). Essas falas mostram, de forma espontânea, o papel identitário da ISJD. Entretanto, algumas entrevistadas (10, 13 e 14) observaram baixa participação dos moradores nas missas, o que pode refletir transformações sociais recentes, como saída de famílias antigas, chegada de novos residentes e mudança no perfil do centro histórico.

Quando perguntados sobre como a Igreja contribui para a vida das pessoas, as respostas seguiram uma linha semelhante à da representatividade: predominam referências ao apoio religioso, espiritual e emocional. Alguns não souberam responder e outros disseram que a Igreja poderia contribuir mais — e o interessante é que essa crítica apareceu tanto por entrevistados assíduos quanto por não assíduos, evidenciando um ponto comum na percepção dos entrevistados.

No geral, a ISJD não é vista como um centro de poder, mas seu papel social, cultural e simbólico é amplamente reconhecido. Para muitos, o maior legado da Igreja está em sua antiguidade e em seu lugar na história urbana e religiosa da cidade, sendo frequentemente mencionada como a primeira Igreja do Maranhão. Ainda que exista certa desconexão entre a presença física da Igreja e a frequência religiosa atual, o valor patrimonial permanece forte, mesmo entre os jovens e entre aqueles que não têm prática devocional ativa.

A análise das entrevistas mostra que os relatos orais são uma fonte essencial para compreender como memória, identidade e patrimônio se entrelaçam na dinâmica do Desterro. Os mais jovens tendem a conhecer pouco da história local, enquanto os mais velhos preservam lembranças detalhadas — o que reforça a importância de ações de educação patrimonial e de valorização da memória coletiva, voltadas tanto ao público infantil e jovem, quanto ao público mais adulto e idoso, criando momentos de partilha e criação de memórias intergeracionais.

CAPÍTULO 2: O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA E O PATRIMÔNIO: A HISTÓRIA DO BAIRRO DESTERRO

2.1 Capital do Maranhão: breve recomposição histórica

São Luís, capital do Maranhão, é um município localizado no litoral nordestino, banhada pelo Oceano Atlântico, com uma área total de 583,063 hm². Tem por limites os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, que juntos formam os quatro municípios da Grande Ilha de São Luís.

São Luís foi denominada por Upaon-Açu (Ilha Grande), toponímia dada à ilha pelos indígenas Tupinambás que habilitavam o local anterior à chegada francesa em 1612. Neste ano, os franceses criaram a França Equinocial, “uma segunda tentativa de colonização francesa no Brasil - a primeira tentativa havia sido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1555 por Nicolas Durand de Villegaignon, conhecida como França Antástica” (Bicalho, 2008, p. 29).

O atual estado do Maranhão era um território cobiçado muito antes da colonização portuguesa na região. Em 1534, após o Brasil ser dividido em capitanias hereditárias, “João de Barros ficou responsável pela capitania maranhense e em conjunto com Aires da Cunha tentou ocupar o território para ele concedido, no entanto falhou em duas tentativas, com os navios afundando na baía de São Luís” (Rezende Silva, 2007, p.21).

Devido à dificuldade em velejar pela região, novas tentativas de colonização aconteceram no período da União Ibérica (1580-1640), quando o rei de Portugal, D. Sebastião morreu e o rei Felipe II da Espanha uniu as duas coroas.

Apesar das inúmeras tentativas ainda no século XVI, o Maranhão continuou sem ocupação portuguesa efetiva, como consequência, corsários franceses frequentavam a costa e se aproximavam dos indígenas, os Tupinambás em 1594, os franceses fixaram-se efetivamente na região, quando o então comandante Jacques Rifault fixou no território maranhense o então subcomandante da expedição Charles de Vaux (Rezende Silva, 2007). Após notificarem a coroa francesa e convencerem a rainha a enviar uma expedição de ocupação chefiada por Daniel de La Touche, em 1612, em São Luís foi fundada a França Equinocial.

Quando a região foi invadida por franceses, o português Jerônimo de Albuquerque ficou incumbido de expulsá-los. O fim da colônia francesa se deu em 1614 após intensa batalha, a qual ficou conhecida como batalha de Guaxenduba. Assim, foi se consolidando a ocupação portuguesa no Maranhão. A partir da expulsão dos franceses, foi fundada a “Vila São Luís”. Então, foram enviadas ordens religiosas da Espanha e de Portugal com o intuito de evangelizar os indígenas, fixar a religião católica na região e marcar a presença ibérica no território maranhense.

Ao longo dos rios foram sendo criadas missões que contribuíram para interiorização da ocupação ibérica no território (Rezende Silva, 2007, p. 22). A interação (quase nunca amistosa) entre indígenas, colonizadores europeus e, posteriormente, africanos escravizados foi fundante da sociedade maranhense.

Os indígenas Tupinambás, que habitavam a região, já possuíam suas próprias dinâmicas sociais e econômicas, e a chegada dos colonizadores trouxe transformações significativas. A escravização de africanos, que começou a ocorrer em larga escala no comércio transatlântico na segunda metade do século XVI, também teve um papel crucial na estruturação econômica da colônia, recriando aspectos socioculturais.

2.2 O Centro Histórico de São Luís

O Centro Histórico de São Luís, um dos mais ricos e preservados do Brasil, é um testemunho vivo da história e da cultura maranhense. Sua importância vai além da arquitetura colonial robusta, refletindo séculos de influências e transformações sociais, políticas e culturais.

Em 1955, o IPHAN, em nível federal, reconheceu a relevância dessa área ao incluir o Sítio Histórico no Livro do Tombo Histórico, marcando o início de um processo político de orientação à preservação que resultaria no tombamento de importantes conjuntos arquitetônicos, como os bairros do Desterro e da Praia Grande. Esse reconhecimento envolveu uma área de aproximadamente 60 hectares e cerca de 900 edificações, abrangendo pontos como a Praia Grande, o Largo do Desterro e o Largo do Carmo (São Luís, 2005).

O processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís teve continuidade em 1974, quando o IPHAN, em nível estadual, formalizou o tombamento dos conjuntos arquitetônicos do Desterro e da Praia Grande.

Em termos econômicos, a patrimonialização e ações de preservação também favorecem o turismo cultural, o qual se tornou uma importante fonte de renda, com destaque para a gastronomia, o artesanato e toda a cadeia produtiva e economia criativa decorrente (shows, profissionais e produtos relacionados ao Reggae, Bumba-meu-boi e Tambor de Crioula, por exemplo).

No entanto, embora o bairro do Desterro esteja em área tombada como patrimônio instituído desde 1955, a área enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada para suportar o crescente fluxo de visitantes. Embora o bairro atraia turistas e contribua para o desenvolvimento econômico, ainda há problemas relacionados à mobilidade urbana, segurança, saneamento básico e descarte de resíduos, o que impacta a experiência de quem frequenta o Centro Histórico.

Além dessas dificuldades estruturais, os discursos sobre o bairro frequentemente reforçam estereótipos negativos, desconsiderando sua riqueza cultural e histórica. Como apontam Noronha, Oliveira Filho e Rodrigues (2008, p. 3), “o atual estado de preservação do acervo arquitetônico é precário; antigos casarões foram transformados em cortiços insalubres, e a prostituição e a boemia — traços históricos do lugar — fomentam o trânsito noturno no bairro”.

É importante destacar que as referências à boemia e à prostituição no bairro do Desterro dizem respeito a processos históricos específicos e a representações socialmente construídas ao longo do tempo, não podendo ser tomadas como expressão direta e exclusiva da realidade atual do bairro. Embora esses elementos tenham integrado determinadas dinâmicas sociais em períodos específicos, sua recorrente evocação na literatura e nos discursos públicos tende a cristalizar uma imagem estigmatizada, que

desconsidera as transformações recentes, a complexidade das vivências e os direitos e os sentidos atribuídos pelos diferentes grupos sociais envolvidos.

Nesse quadro, tais narrativas, como ressalta Chaves (2012), acabam por reforçar uma visão estigmatizada do Desterro, associando-o exclusivamente a problemáticas sociais e ignorando as formas de pertencimento, resistência e construção identitária desenvolvidas por seus moradores ao longo do tempo.

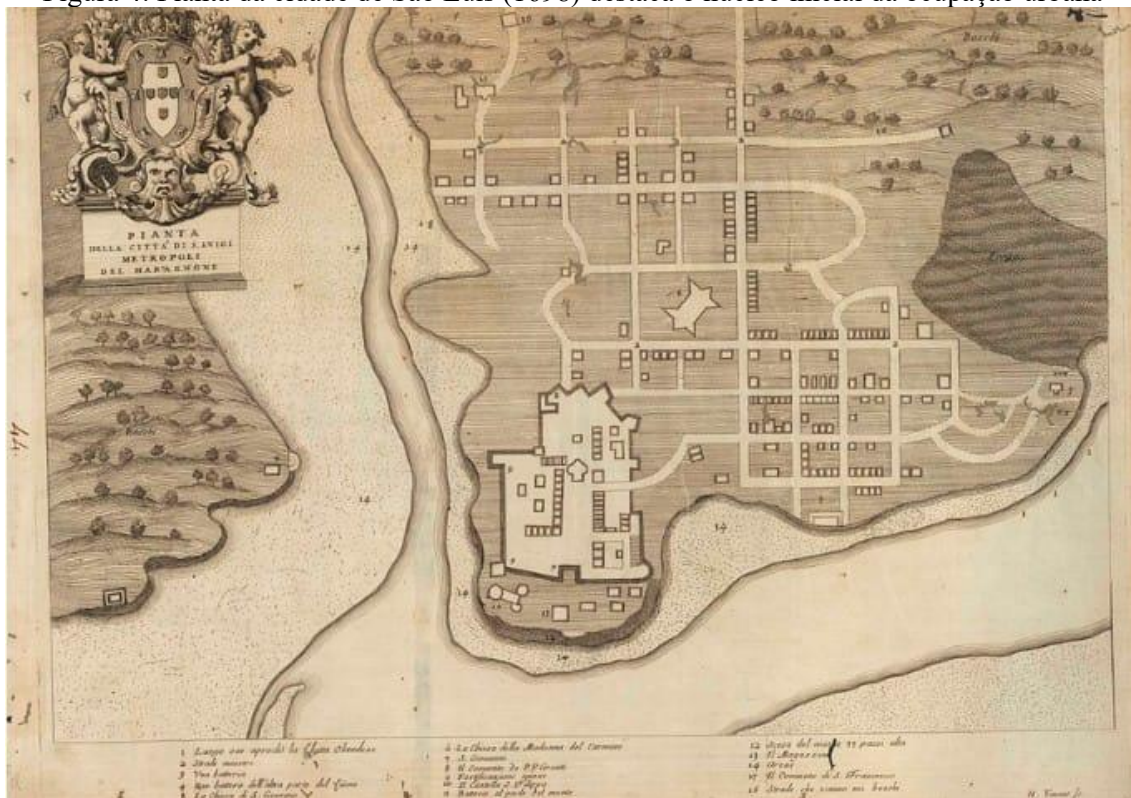
2.3 Desterro: a história de um bairro

O bairro do Desterro, um dos onze que integram o Centro Histórico de São Luís, destaca-se por sua arquitetura colonial preservada e por ser um bairro de uso residencial com uma dinâmica de atividades culturais e relação de vizinhança muito ativa. Com um calendário permanente de manifestações populares e religiosas, incluindo desfiles da escola de samba Flor do Samba e rodas de Tambor de Crioula, o bairro atrai moradores de outras regiões para participar de suas festividades culturais, fortalecendo os vínculos afetivos.

Embora haja divergência quanto à data precisa de sua fundação, o bairro do Desterro é conhecido como um dos primeiros núcleos fundacionais da capital (Chaves, 2012; Lacroix, 2012; Marques, 2008; São Luís, 2005).

Na formação histórica da capital e do Estado do Maranhão, o núcleo original da cidade foi implantado na confluência dos rios Bacanga e Anil, banhada pela Baía de São Marcos (Curvelo-Matos, 2014) e a área que corresponde ao atual bairro do Desterro já era demarcada nos primeiros documentos históricos cartográficos que se tem a respeito da capital ludovicense (Figura 4).

Figura 4: Planta da cidade de São Luís (1698) destaca o núcleo inicial da ocupação urbana



Fonte: Planta della città de S. Luigi, Metropoli del Maragnone (1698). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse período, o Desterro ainda não era considerado um bairro formalmente constituído como entendemos hoje. Ele se desenvolveu ao longo dos séculos XVII e XVIII a partir da urbanização das construções coloniais portuguesas e do desenvolvimento urbano subsequente.

Segundo César Marques (2008, p. 404), “a igreja de Nossa Senhora do Desterro ergueu-se nos primeiros anos do surgimento de São Luís e no início se constituía em uma pequena estrutura coberta de palha e com a entrada principal voltada para a praia e não para a Rua da Palma como encontramos nos dias atuais.” Em torno dessa pequena construção, começaram a surgir algumas casas que deram origem ao povoado do Desterro.

Com base nos estudos de Curvelo-Matos (2014) sobre a análise toponímica dos bairros de São Luís, a origem do nome "Desterro" remonta à construção da ermida dedicada à Nossa Senhora do Desterro, atualmente Igreja São José do Desterro.

A autora traz que a Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856, promulgada pelo Presidente da Assembleia Provincial do Maranhão, Barão do Coroatá, estabelecia a divisão do território de São Luís em cinco Freguesias:

- (i) de Nossa Senhora da Vitória, que compreendia a parte leste do Centro, delimitada pela Rua do Ribeirão e a Rua do Sol;
- (ii) da Sé, também leste, que compreendia a Rua do Sol, do canto do Teatro Artur Azevedo até a Rua da Manga;
- (iii) de Nossa Senhora da Conceição, que compreendia a parte sul da Cidade, iniciando-se na Rua da Paz e percorrendo toda a extensão do 80 Caminho Grande até o rio Cutim;
- (iv) de São João Batista, ao norte, sendo a freguesia matriz do Centro e englobando as outras áreas da Cidade assim como seu subúrbio até o rio Cutim e;
- (v) a Santa Filomena, que, na Lei Provincial nº 402, localizava-se na Maiobinha, mas na Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857, sediava-se no Cutim.

Assim, pela descrição das cinco freguesias, a área onde foi “construída a primeira igreja de São Luís, a de Nossa Senhora do Desterro, protetora e padroeira dos imigrantes, pertencia ao domínio da Matriz, ou seja, da Freguesia da Sé” (Curvelo-Matos, 2014, p.80).

Inicialmente, a área era conhecida como Praia das Mercês, devido à presença da Igreja e do Convento de Nossa Senhora das Mercês, construído no ano de 1654, que era banhado pelas águas do rio Bacanga. Posteriormente, devido à influência da devoção à Nossa Senhora do Desterro, o local passou a ser chamado de Praia da Igreja São José do Desterro. Com o tempo, o qualificativo de "santo" foi suprimido e a denominação de "igreja" deixou de ser apropriada, já que a estrutura não era mais uma igreja, mas sim um bairro. “Assim, o nome evoluiu para Praia do Desterro ou simplesmente Desterro” (Curvelo Matos, 2014, p. 81, grifos nossos).

Essa evolução da toponímia reflete não apenas a mudança na natureza da estrutura social do território em questão (de uma ermida à beira da praia, passando uma área delimitada pela igreja e, por fim, um bairro), mas também suas raízes históricas e religiosas, conectadas à colonização portuguesa expressa no valor da devoção católica (Curvelo-Matos, 2014).

A devoção à Nossa Senhora do Desterro, comum em tantas outras partes do Brasil, remonta ao período colonial, refletindo os sentimentos de esperança e desolação dos colonizadores europeus diante de um novo território desconhecido a ser explorado e dominado. A escolha desse nome pode ter sido motivada pelo desejo dos portugueses de encontrar conforto na Virgem exilada, espelhando seus próprios sentimentos de desterro ao colonizar novas terras.

O bairro do Desterro é uma das áreas de ocupação populacional mais antigas de São Luís, mas a data de sua oficialização como bairro ainda é objeto de controvérsias. De acordo com Silva (2005, p. 45 apud Chaves, 2012), há divergências quanto ao período exato de sua constituição como bairro, sendo possível que isso tenha ocorrido na segunda metade do século XIX, no contexto do desenvolvimento urbano da cidade, embora não tenha sido possível identificar uma fonte específica que confirme essa informação. Antes desse período, o Desterro era considerado um povoado, como destaca Curvelo-Mattos (2014).

Assim, ao longo da monografia, refere-se ao Desterro como **povoado do Desterro** quando se tratar de um período anterior a 1870, e como **bairro do Desterro** para período posterior, respeitando o processo histórico da construção toponímica.

Valido ressaltar que a junção do bairro Portinho ao bairro do Desterro foi institucionalizada no ano de 1992 (Lei de Zoneamento Municipal nº 3.253/1992). Embora os moradores costumem nomear as áreas distintamente, a área do Portinho compõe desde 1992 o bairro do Desterro.

Desde a presença francesa na costa maranhense, já havia registro do povoado do Desterro, incluído na delimitação territorial feita pelos franceses quando estes começaram a empreitada da construção do Forte São Luís (São Luís, 2005). Apesar de configurar nos primeiros registros de ocupação urbana da São Luís, o Desterro foi considerado um “apêndice da Praia Grande” - área que se consolidou como centro comercial e concentração da elite colonial (São Luís, 2005).

De acordo com a Prefeitura Municipal de São Luís (2010), "o bairro do Desterro é formado por sete ruas e conta com alguns becos de nomes bastante interessantes, como a Rua da Manga, Rua Formosa (Rua Afonso Pena), Rua do Giz (Rua Vinte Oito de Julho), Rua da Palma (Rua Herculano Parga), Rua do Deserto, Rua da Estrela (Cândido Mendes), Rua Jacinto Maia, Beco do Precipício e Beco da Caela". Além disso, muitas dessas vias receberam outras nomeações em referência às personalidades históricas consideradas importantes, mesmo sem relação direta com a vida do bairro, como apontam os livros “Breve história das ruas e praças de São Luís” (Vieira Filho, 1971) e “Becos e telhados” (Oliveira, 2018).

No tocante ao desenvolvimento comercial do bairro Desterro, Mendes (2010), relata que a rua do Giz, pertencente ao Desterro, passou a abrigar, na metade do século XIX, bancos, fábricas, entre outros estabelecimentos comerciais, o que gerou um "boom" econômico.

Assim, havia a concentração de profissionais residentes nessa área em 1855, que eram importantes para os demais bairros da cidade; dentre esses havia calafetes, veleiros, serreiros, embarcadiços, carpinteiros; policiais e práticos, quitandeiros, caixeiros, alfaiates, ourives, carpinas e chapeleiros. Nessa época ele era considerado um bairro comercial, portuário e residencial, com dois estaleiros e quatro armazéns (Mendes, 2010, p. 38).

A propósito, “esse crescimento vai refletir diretamente na paisagem da cidade que vai receber inúmeras edificações, feitas a preferência europeia” (São Luís, 2005). Relatos da época destacam que havia uma frequente importação de materiais vindos de Portugal.

O bairro do Desterro também foi inserido nesse processo, como suporte residencial e portuário à área central da capital.

A expansão urbana de São Luís seguiu o eixo formado pelo Palácio dos Leões, Praia Grande e Desterro, concentrando atividades administrativas e comerciais. A exemplo, as vinculadas ao mar e à sua cadeia produtiva — desde a extração da matéria-prima até os processos de transformação, armazenamento, distribuição e comércio. As águas constituem, inclusive, um elemento fundamental na composição da memória coletiva do bairro, uma vez que o Desterro se configurava como um importante espaço portuário. Os moradores mantinham uma relação de forte afetividade com o mar, a pesca e as operações de embarque e desembarque de mercadorias provenientes de diversas regiões, destinadas ao abastecimento da capital maranhense, como algodão, açúcar, arroz, tecidos, utensílios domésticos e produtos manufaturados.

Desde quando era povoado, o Desterro manteve um caráter residencial. Já que era habitado por algumas famílias da elite local, mas, principalmente, por famílias dos trabalhadores do porto e de profissões correlacionadas.

Além da atividade pesqueira, o comércio de comidas era outro “carro forte do bairro” (São Luís, 2005). As mercadorias, por sua vez, eram trazidas por embarcações que descarregavam no porto (Figura 5), intensificando o movimento de pessoas e de vários tipos de produtos.

Figura 5: Embarcações no Porto do Desterro com Igreja ao fundo



Fonte: Desterro nos anos 1981 (Acervo Mavam).

Afim de melhor a infraestrutura para a comunidade do Desterro, foi construído no ano de 1853 um dique⁴, expandindo o terreno e acrescentando uma quadra residencial, que era ocupada por casas térreas e sobrados (São Luís, 2005).

Em 1855, havia no Desterro próximo a esses portos a concentração de pessoas mais empobrecidas, com a presença de “calafates, veleiros, serreiros embarcadiços, alfaiates entre outros” (São Luís, 2005, p.14). A existência de dois estaleiros e quatro armazéns à época também é uma comprovação história do caráter comercial do povoado/bairro do Desterro. Já na parte mais alta do Desterro, próximo ao Convento das Mercês, residia uma população economicamente mais privilegiada – o que pode se perceber pelo estilo do casario conservado na área que difere de porte, adornação e estilo arquitetônico na parte mais baixa e na mais alta do Desterro.

Na segunda metade do século XVIII, é criada pelo Marquês de Pombal, então ministro de Portugal, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que repercutiu em

⁴ "Foi escolhida parte da praia do convento de N. Sr. das Mercês para a edificação dessa obra, por ser o lugar abrigado e fora da ação direta de ventanias, que dentro do porto causam grande agitação nas águas. Em 1º set. 1853, principiou-se abrir os alicerces do paredão exterior do lado do sul, e em 7 do mesmo mês, aniversário da independência do império, foram lançadas as primeiras pedras para a sua construção pelo falecido Dr. Eduardo Olímpio Marchado, então à frente dos destinos desta província" (Marques, 2008, p.409).

um grande impulso econômico e urbanístico em São Luís. Nesse contexto, a cidade passou por transformações urbanas expressivas: ganhou vias que ligavam o bairro da Praia Grande e áreas adjacentes, como o Desterro, a regiões mais afastadas da ilha por meio do Caminho Grande - antiga via de ligação entre o núcleo urbano e o interior da ilha, fundamental para o escoamento de pessoas e mercadorias.

Esse eixo viário deu suporte, mais tarde, à implantação de sistemas de transporte coletivo, como, a partir de 1872, “o bonde de tração animal instalado pela Companhia Ferro-Carril São Luís” (Lacroix, 2020, p. 184).

Posteriormente, devido às constantes reclamações de usuários, o bonde puxado por animais foi substituído por bondes elétricos, que deram um certo ar de modernidade à cidade. Esse alto investimento na infraestrutura da capital, especialmente em seu Centro Histórico, foi possível devido à exportação de algodão, principal produto da economia regional entre os séculos XVIII e XIX. O algodão foi um dos principais produtos de exportação do Maranhão, tornando-se um pilar da economia regional e impulsionando avanços urbanos.

Segundo Gomes (1982), a produção e o comércio do algodão maranhense, especialmente entre 1760 e 1900, estavam fortemente ligados ao mercado externo, passando por fases de prosperidade e crise, influenciadas pela concorrência internacional e pelas limitações estruturais da economia local. Enquanto os Estados Unidos ofereciam algodão em grande escala, com preços estáveis e melhor infraestrutura de transporte, o Maranhão enfrentava dificuldades decorrentes de um sistema agrícola tradicional voltado para a demanda externa. Apesar desses desafios, a cultura algodoeira teve um impacto significativo na organização econômica e social da região.

Após o declínio da atividade algodoeira e do tráfico negreiro, São Luís perdeu importância econômica no século XIX, apresentando durante o início do século XX uma rápida industrialização no ramo têxtil. Contudo, as fábricas instaladas no bairro do Desterro não lograram sucesso por muito tempo.

Quando as fábricas de tecelagem instaladas no Centro se transferiram para outras áreas mais convidativas para o seu crescimento, a expansão urbana descentralizou-se para a região do bairro do Anil devido, entre outros fatores, à criação da linha de bonde elétrico, levando ao gradual declínio da economia, do comércio e moradia no CHSL (Costa Filho, 2025; Lopes, 2008).

No século XIX, o Desterro se destacou como um território de prostituição em São Luís, o qual ficou conhecido como Zona do Baixo Meretrício (ZBM). Na região, alguns

casarões funcionavam como cabarés, onde prostitutas sob o comando de cafetinas/cafetões realizavam seus trabalhos com a comercialização profissional do sexo. Os cabarés funcionavam em uma parte restrita do bairro Desterro, concentrada entre as ruas 28 de julho e rua da Palma. Na década de 1950 até o início dos anos 1980, a ZBM funcionou intensamente. “A partir de 1968, após a inauguração da ponte São Francisco, as atividades de prostituição se deslocaram para outros pontos da cidade” (Ferreira, 2005, p.27 apud Bezerra, 2018, p. 32).

A menção à Zona do Baixo Meretrício não tem caráter moralizante, mas busca compreender esse fenômeno como parte das dinâmicas sociais, econômicas e urbanas que marcaram o bairro em diferentes momentos históricos, reconhecendo a diversidade de usos, experiências e sujeitos que compuseram o Desterro ao longo do tempo.

Segundo Bezerra (2018), no auge da ZBM, em 1950, esses cabarés recebiam a alta cúpula da cidade como políticos, funcionários públicos, empresários e artistas, assim como também recebiam trabalhadores do porto e pescadores. Elite, Maroca, City, Casa Branca e Bangalô foram os bordéis que mais se destacaram no Desterro na época (São Luís, 2005).

Na década de 1970, a imprensa local passou a retratar, cada vez mais intensamente, o bairro do Desterro como um lugar de violência e degradação moral (Chaves, 2012).

Posteriormente, com o reconhecimento do Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1997, começou-se um processo de revitalização da região, com obras destinadas especialmente ao bairro da Praia Grande. Apesar de algum investimento no Desterro, o bairro “ainda carregava uma narrativa histórica pesada pela violência e moralidade, o que gerava questionamentos quanto à sua posição de patrimônio” (Bezerra, 2018, p. 34).

O estigma que recai sobre o Desterro está intimamente ligado às narrativas históricas construídas sobre o bairro e o tempo presente com condições de moradia precárias. Muitos casarões estão em situação de risco, com possibilidade de desabamento, enquanto outros servem de abrigo para pessoas em situação de rua ou famílias em situação irregular. A falta de infraestrutura e o abandono de algumas áreas do bairro alimentam a percepção negativa do local, reforçando sua imagem como um espaço de marginalidade àqueles que não conhecem a dinâmica interna do Desterro.

Segundo Chaves (2012), os discursos construídos sobre o bairro e seus moradores frequentemente reforçam estereótipos negativos, associando a região à violência, à

prostituição e ao tráfico de drogas, o que contribui para sua estigmatização. Assim, essa carga histórica moralista e a narrativa estigmatizada influenciam no modo como a comunidade local e pessoas externa compreendem o Desterro.

Além disso, o eixo Praia Grande-Desterro quanto à entrada e comercialização de mercadorias via pequenos portos foi subutilizado a partir da construção do Porto do Itaquí (1960). A subutilização do eixo-Praia Grande-Desterro, pode ser explicada pela mudança nos padrões de transporte marítimo e questões de logística, já que o porto do Itaquí proporcionou uma alternativa eficiente de cargas.

Na década de 1970, próximo a região do Distrito Industrial à beira da rodovia BR-135, foram construídos conjuntos habitacionais para atender a população mais carente (São Luís, 2005). Dessa forma, houve uma migração significativa para a região da BR e também para a região do Bacanga, contribuindo para a desconcentração populacional da área central da cidade de São Luís.

O Desterro e o Portinho tiveram acesso a revitalização por meio da Coordenadoria de Projetos Especiais (PRODETUR). Praças, redes elétricas e redes subterrâneas de telefonia foram construídos. No entanto, apesar de todo este investimento, a população vulnerável não foi, de maneira eficaz, abrangida. De acordo com o livro “Desterro: para além dos mapas”, que faz uma revisão socio, histórico e geográfica do bairro, “tratava-se de indivíduos de baixa renda ou em situação de emprego instável, sem condições de manter o acervo arquitetônico no local onde viviam” (São Luís, 2005, p.24).

A história do bairro está presente nas ruas, becos e vielas que preservam a memória da arquitetura colonial portuguesa (Figura 6) e nas práticas culturais adotadas ao longo do tempo.

[illegible]

Contudo, apesar de uma variedade arquitetônica de estimável valor histórico, algumas dessas construções se encontram em mau estado de conservação ou, mesmo, em ruínas, o que mostra uma negligência dada a importância histórica do bairro para a capital maranhense (Costa, 2015). Durante o processo de realização da pesquisa no bairro do Desterro, no dia 8 de junho de 2024, aconteceu mais um caso de desmoronamento de prédio colonial que estava abandonado, colocando em risco, sobretudo, a vida dos moradores do bairro e dos transeuntes (Figura 7):

Figura 7: Casarão desabou e atingiu carro na rua do Giz, no bairro do Desterro



Fonte: Reprodução TV Mirante (2024).

Conversando com os moradores próximos da área, eles comentaram ser comum desabar um ou outro casarão no período chuvoso todos os anos no bairro do Desterro. A frase pode soar como conformação, mas o tom e a postura dos moradores eram de tristeza, diante do fato de não conseguirem ações efetivas diante de tantos casarões abandonados e da falta de política que restaure e incentive a moradia em condições dignas no Centro Histórico.

Investigar a história a partir do bairro do Desterro inserido no Centro Histórico de São Luís é uma oportunidade de aprofundar na formação histórica do Brasil, em geral, e da região nordeste, em particular, dando destaque para o patrimônio cultural advindo desde então. Considerando, inclusive, os desafios atuais enfrentados pela população residente – como é o caso de desabamentos frequentes de prédios coloniais em mau estado de conservação.

O patrimônio da área é gerido por atores governamentais e não-governamentais. A saber, os mecanismos institucionais de gestão a nível Federal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela fiscalização e controle; Estadual: Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão (DPHAP/MA); municipal: Prefeitura Municipal de São Luís, através da Fundação Cultural de São Luís (FUNC), responsável por definir, promover e divulgar as políticas culturais; o Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município (IPLAM), e o

Núcleo Gestor do Centro Histórico, responsável por gerir e articular as ações de todos os órgãos envolvidos no processo de preservação intra e intermunicipal (São Luís, 2005).

Em resumo, embora todos esses órgãos desempenhem papéis essenciais na preservação do patrimônio, integrá-los de forma eficaz e eficiente é um desafio, devido aos diversos interesses e as desigualdades de poder político entre tais agentes.

Atualmente, o bairro Desterro pode ser observado como parte do contexto mais amplo da cidade de São Luís, cujo estilo particular reflete as mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas ao longo dos séculos desde a colonização portuguesa.

Na perspectiva da **Micro-História**, a ISJD e o bairro do Desterro apresentam aspectos particulares que necessitam de um aprofundamento nas narrativas desse lugar de memória. De acordo com Pierre Nora (1993, p.21), “Os lugares de memória são materiais, simbólicos e funcionais simultaneamente, ou seja, coexistem”.

Assim, é interessante registrar as práticas sociais que compõem a história do bairro e, a partir disso, entender como memória, identidade e patrimônio se articulam. Não obstante, a ISJD é um elemento crucial para essa conjuntura, centralizando e concentrando as práticas sociais e religiosas, que retrataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: RELIGIÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NO BAIRRO DO DESTERRO

3.1 A Igreja como centro de poder e organização urbana

Entre as construções históricas mais proeminentes no bairro do Desterro, destacam-se a Igreja de São José do Desterro (Figura 8) e o Convento das Mercês. Cada uma dessas construções tem uma certa dinâmica social própria na contemporaneidade, das quais este estudo se propõe a aprofundar, especificamente, a centralidade exercida pela Igreja no bairro do Desterro.

A arquitetura da Igreja São José do Desterro é um testemunho da riqueza cultural e religiosa da região. O templo apresenta uma planta pentagonal, distinta dos estilos arquitetônicos mais comuns na cidade. Em vez de um estilo barroco, a igreja combina elementos neoclássicos com influências moçárabes, evidentes no frontão e nos detalhes ornamentais da fachada. O altar-mor, com piso de cantaria e um retábulo neoclássico, e as características do frontão com arcos moçárabes destacam a integração de estilos arquitetônicos diversos, refletindo a adaptação local às influências europeias e à identidade cultural regional (Bogéa; Ribeiro e Brito, 2008, p. 15).

O levantamento apresentado pelos autores no trecho acima demonstra que a ISJD não pode ser compreendida apenas como um edifício religioso, mas como um artefato cultural que reúne diferentes épocas e influências artísticas. Além disso, a presença simultânea de elementos neoclássicos, moçárabes e adaptações locais revela a capacidade da comunidade de reinterpretar modelos arquitetônicos europeus e incorporá-los à sua realidade sociocultural.

Figura 8: Igreja São José do Desterro nas décadas de 1970 (com fiação aparente) e 2020 (sem fiação aparente, Largo com novo calçamento e com gradis e postes baixos)



Fonte: imagem acima (Brasil, 1979, p. 117) e imagem abaixo Autor (2024).

Ao longo de sua história, a ISJD enfrentou diversos desafios, como crises econômicas e mudanças sociais. Problemas relacionados à preservação estrutural, à obtenção de financiamento para manutenção e à adaptação às novas demandas da comunidade foram questões significativas. As reformas e iniciativas comunitárias para enfrentar esses desafios destacam a resiliência da comunidade de fiéis e dos moradores do Desterro para manter igreja ativa e funcional.

Desde sua construção, a ISJD exerceu influência não apenas na vida religiosa, mas também na organização social do bairro. Festas, casamentos e confraternizações eram – e ainda são – realizados no espaço, fortalecendo a identidade coletiva dos moradores. A relação da comunidade com a igreja vai além da dimensão religião: sua chave, por exemplo, não está sob a guarda do pároco, mas da própria Associação de Moradores, evidenciando o envolvimento direto da população na preservação e no uso do templo (Noronha *et al*, 2018).

Além disso, pesquisas demonstram que a igreja é o principal ponto turístico do bairro, sendo a imagem que melhor representa a identidade local. Esse reconhecimento reflete a força simbólica do templo que, ao longo do tempo, consolidou-se como um espaço de acolhimento e pertencimento para os moradores. Desse modo, a ISJD concentra diversos sentidos atribuídos a esse patrimônio por seus moradores (Souza; Silva; Marques, 2024).

A construção da igreja também influenciou o desenvolvimento urbano do bairro. As ruas e praças ao seu redor foram organizadas de forma a destacar a centralidade do templo, com a vida social e comercial da comunidade estruturada em torno desse núcleo. Essa disposição espacial reforçava a importância da igreja na configuração do bairro e refletia a hierarquia social e religiosa da época, na qual o espaço sacro ocupava posição de destaque na vida cotidiana dos moradores. Desde sua fundação, a igreja serviu não apenas como local de culto, mas também como ponto focal para o crescimento e a ocupação do bairro, atraindo moradores e atividades comerciais.

Historicamente, a localização da igreja resultou de uma escolha estratégica planejada pelas autoridades religiosas e coloniais. A implantação da Igreja São José do Desterro em uma colina — que possibilitava visão panorâmica da área circundante e transmitia uma sensação de domínio e proteção — reflete uma prática comum do período colonial. Edifícios religiosos eram frequentemente situados em locais elevados, tanto por razões defensivas quanto por seu valor simbólico, associado à proximidade com o divino.

Alguns estudos apontam que, inicialmente, a ISJD teria sido dedicada a São Jorge, embora essa interpretação não seja consensual entre os estudiosos. O que se pode afirmar é que o primeiro orago da Igreja São José do Desterro, durante a invasão holandesa, “teve sua imagem despedaçada durante os embates com os invasores, que a profanaram” (Bogéa; Ribeiro; Brito, 2008, p. 73). Nesse mesmo período, “a edificação foi saqueada pelo exército holandês comandado por Koin Anderson, que levou peças sacras de ouro e prata, causando sérios danos ao local” (Cutrim *et al.*, 2025, p. 98).

Nesse período, a igreja consistia em uma simples ermida de palha voltada para o mar. Após a expulsão dos holandeses, foi reconstruída e passou a contar com a Irmandade de Nossa Senhora do Desterro. Ao longo dos séculos, o edifício passou por diversas reformas e ampliações. Durante o século XIX, encontrava-se em completo abandono até que, em 1832, desmoronou. A reconstrução foi conduzida por José Lé, um devoto negro que, com recursos próprios, reergueu a igreja. Segundo Marques (2008, citado por Bogéa; Ribeiro; Brito, 2008, p. 73): “poupava o que podia, ia ao mato com alguns amigos cortar madeira e buscar barro, pedra e cal”.

José de Lé, infelizmente, não conseguiu ver a obra da Igreja concluída, pois faleceu. A empreitada da Igreja, então, foi sucedida por José Antonio Furtado de Queixo que, provavelmente, já ajudava o José de Lé desde o início da reconstrução. A obra foi concluída em 1839, com a igreja sendo dedicada a São José.

“No entanto, a manutenção da igreja foi negligenciada após a morte de José de Queixo, o que resultou em mais deterioração do templo e perda de um precioso arquivo existente” (Bogéa; Ribeiro e Brito, 2008, p. 73).

Em 1865, a Câmara Municipal de São Luís chegou a cogitar a demolição da igreja, em razão de seu estado de ruína, para a construção de um mercado de peixes no local. Contudo, a comunidade mobilizou-se contra a destruição. Em 1867, com recursos arrecadados pela sociedade, a igreja passou por reformas significativas: “a cobertura foi restaurada, a torre foi construída e a obra foi concluída em 1869, sendo consagrada pelo bispo D. Luís da Conceição Saraiva” (Bogéa; Ribeiro; Brito, 2008, p. 73).

No século XX, após novos períodos de abandono, a igreja passou por restaurações nos anos de 1942 e 1943, novamente com forte participação comunitária. Outras intervenções ocorreram nas décadas de 1950 e 1980, embora o edifício ainda enfrente desafios relacionados à conservação.

Ao longo dos séculos, a ISJD passou por sucessivas reformas, refletindo tanto transformações estéticas da arquitetura religiosa quanto mudanças sociais e políticas da cidade. A escolha de São José como padroeiro — associada à atuação dos dois fiéis chamados José que lideraram processos de reconstrução da igreja — dialoga com a tradição portuguesa, na qual o santo é reconhecido como protetor da família e dos trabalhadores, atributos que se relacionavam diretamente com a realidade da população local.

A igreja também se consolidou como um importante centro de devoção popular, sendo palco de procissões e celebrações religiosas que contribuíram para a formação da

identidade do bairro. Um exemplo significativo é a procissão de 1717, que partiu da Igreja da Sé até a Igreja do Desterro, liderada pelo bispo D. Frei José Delgarte, evidenciando a centralidade do templo na vida religiosa de São Luís à época (Marques, 2008).

A ISJD exemplifica, portanto, a relação entre espaço religioso, organização urbana e identidade social. Construída em um contexto de forte influência das ordens religiosas no Maranhão, a ISJD simboliza a presença da Igreja Católica na formação do bairro e consolidou-se, ao longo dos séculos, como referência de convergência para seus moradores.

Essa reflexão reforça a importância do patrimônio na construção das identidades locais, uma vez que espaços como a ISJD funcionam como âncoras culturais e simbólicas. Ao preservar esse patrimônio, não se conserva apenas um marco histórico, mas também se mantém viva a narrativa identitária de uma comunidade que, ao olhar para o passado, constrói e fortalece seu presente e projeta seu futuro. Assim, “a memória não apenas sustenta as identidades ao lembrar, mas também reafirma comportamentos e mentalidades coletivas” (Neves, 2000, p. 109).

3.2 O Largo do Desterro: sociabilidade e cotidiano

O Largo do Desterro é composto pelo pátio à frente da Igreja São José do Desterro, rodeado por casas, entre a Rua da Palma e os Becos do Precipício, do Desterro e da Caela. Trata-se de um espaço aberto e relativamente plano, que dá acesso às escadarias para a Praça Flor do Samba, em nível mais baixo. Antes do aterramento do Rio Bacanga e da construção da Avenida Senador Vitorino Freire, na década de 1980, o Largo do Desterro era uma das poucas áreas planas abertas disponíveis à comunidade.

No processo de patrimonialização, o Largo faz parte do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís registrado pelo IPHAN, em 1974. Ao longo dos anos, o Largo passou por diversas reformas, como a terraplanagem e a construção de gradis de ferro, delimitando a praça em direção ao Beco da Caela, em 1903 (Vieira Filho, 1971; Lima, 2002).

Os moradores mais antigos relataram diversos eventos e práticas cotidianas realizados no Largo do Desterro, os quais demarcam esse espaço como ponto de encontro religioso, esportivo, cultural e de lazer.

O Largo é rememorado como lugar de encontro e celebração de diversas manifestações culturais e religiosas que já aconteceram no bairro do Desterro, como festas juninas, encenações, ensaios e apresentações de grupos do bairro ou convidados, como

do Bumba Meu Boi e do Tambor de Crioula. Essas celebrações coletivas, incluindo as festividades do Carnaval, destacam o Largo como um lugar de memória, onde as tradições culturais e religiosas são preservadas e transmitidas (Ericeira, 2005).

Além do aspecto festivo e cultural, o Largo do Desterro também se afirmou como um centro de atividades de lazer. Um exemplo significativo foi o projeto “Desterro Feliz”, promovido pela Secretaria de Esporte e de Lazer, em 2011, com a realização de atividades esportivas e de lazer no bairro (Figura 9). O projeto visou fomentar a convivência e o fortalecimento dos laços sociais, reforçando o Largo como um espaço de interação e de construção de uma memória coletiva viva (CBTM, 2011; Chaves, 2012).

Figura 9: Crianças jogando bola no Largo do Desterro do projeto “Desterro Feliz” (2011)



Fonte: Chaves (2012, p.99).

Todavia, antes mesmo de projetos de caráter educativo utilizarem o Largo do Desterro como espaço de socialização como na figura acima. Os moradores comentam que existiam jogos de futebol acirrados, ensaios da banda de música da Bom Menino e encontros marcados entre os moradores para jogar dominó, desde quanto a memória dos moradores mais antigos alcançam, pelos idos das décadas 1950.

A imagem que abre essa monografia registra o uso social do espaço do Largo do Desterro de modo mais espontâneo pelas crianças (possivelmente do bairro), pela lente de Pierre Verger. Já residente no Brasil há dois anos, em Salvador, Verger esteve em São Luís entre 20 de agosto e 3 de setembro de 1948, quando produziu registros fotográficos da vida cotidiana da cidade, entre eles imagens do bairro do Desterro e da área do Portinho (Centro Cultural da Vale, 2021).

Na imagem (Figura 10), o Largo encontra-se sem pavimentação, com uma grande árvore que faz sombra às pessoas que conversam no local. Crianças e adultos ocupam o espaço, observando-se a presença de fiação aparente e o estado de conservação precário da fachada e da lateral da igreja, elementos que ajudam a compreender a paisagem urbana daquele período.

Figura 10: Largo do Desterro, no ano de 1948



Fonte: Centro Cultural da Vale (2021. p.72).

Embora o Largo do Desterro e a igreja tenham sofrido transformações ao longo dos anos, ambos permanecem como referências simbólicas e culturais para a comunidade local e para visitantes que buscam o resgate das tradições e da memória histórica de São Luís (Vieira Filho, 1971).

O evento religioso da Queima das Intenções, por exemplo, é realizado fora da ISJD, no Largo. Os pedidos e agradecimentos feitos pelos fiéis durante o ano são depositados em um baú. Após o mês Mariano, em maio, em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, essas intenções são queimadas no dia primeiro de junho.

Durante o período do Carnaval e do São João, o Largo do Desterro também ganha movimentação especial. Anterior à década de 1930, o Largo do Desterro era utilizado como ponto de encontro para os foliões do Carnaval, quando ainda não existia o barracão atual da Escola de Samba Flor do Samba, como relatam os moradores mais antigos e indicam pesquisas de Ericeira (2005). Anterior à década de 1930, o Largo do Desterro era utilizado como ponto de encontro para os foliões do Carnaval, quando ainda não existia o barracão atual da Escola de Samba Flor do Samba, como relatam os moradores mais antigos e indicam pesquisas de Ericeira (2005).

O entrevistado 12 recorda que, por não haver nenhum espaço para lazer da comunidade, tanto crianças como adultos jogavam bola no Largo da Igreja. Antes mesmo das gincanas e eventos culturais organizados pelos moradores como Dalmir Campos e Joãozinho Ribeiro, nos anos 2000. O entrevistado rememora a realização de arraiais no período de São João: *“tinha arraial bem embaixo, onde hoje é a praça em frente à sede da Flor do Samba, lá era um terreno de chão batido, era um arraial que fazia as coisas bem tradicional, fazia aquelas decorações com palha, típico de interior, aquela coisa bem rústica, raiz e tinha outro arraial aqui no Largo, embora fossem bem próximos eram extremamente concorridos”*.

Assim, a Igreja de São José do Desterro em conjunto com o Largo do Desterro concentra memórias que fortalecem o sentimento de comunidade que caracterizam o bairro em sua dinâmica cotidiana. Seja em grandes festejos, ou em práticas corriqueiras como jogar dominó, a Igreja e o Largo constituem um lugar de memória – material, simbólica e funcional (Nora, 1993).

3.3 A Igreja São José do Desterro e o Largo do Desterro como referência cultural

Além de ser, historicamente, um centro de poder organizador do desenvolvimento urbano da área, a ISJD e o Largo fazem parte da sociabilidade cotidiana do bairro e são referências para a comunidade local. No tempo ordinário entre os moradores, mas também no tempo extraordinário quando o bairro recebe um grande contingente de pessoas, o patrimônio religioso na figura da Igreja recebe apoio da justificativa histórica - *“aqui é muito antigo”* comentam vários entrevistados.

A forte ligação afetiva entre a igreja e os moradores pode ser observada na forma como ela é percebida pela comunidade. Em pesquisas realizadas no bairro, a igreja foi apontada como o principal símbolo local e o elemento mais valorizado pelos habitantes, superando até mesmo outros aspectos como a religiosidade e as festividades.

Como apontam Noronha, Oliveira Filho e Rodrigues (2018, p.8), "os nascimentos, as vidas, as mortes, as festas, os momentos religiosos, tudo enfim, gira em torno da Igreja do Desterro", o que evidencia sua centralidade na dinâmica social do bairro. "As pessoas frequentam a Igreja não apenas para rezar, mas lá é o lugar comum, independente da religião ou de práticas estritamente religiosas" (Noronha *et al.*, 2018, p.8). Essa relação intensa demonstra como a Igreja São José do Desterro transcende seu papel de templo católico, tornando-se um elemento central na memória e identidade do bairro.

Além das expressões religiosas, as expressões culturais locais também desempenham papel significativo nesse processo de identidade. Atualmente, o Bumba-meu-boi "Lendas e Magias", a Escola de Samba "Flor do Samba", o Bloco Carnavalesco "Os Cuecas" e o Tambor de Crioula "Os Onças", todos oriundos do bairro Desterro, mobilizam a comunidade em um rico e agitado calendário festivo que também faz uso da Igreja – ora como símbolo em camisetas e músicas, ora como apelo às mídias, nas quais a imagem da Igreja é frequentemente considerada (Figura 11), ora como espaço de devoção realmente utilizado pelos grupos em algum momento ritual.

No caso do Bumba Boi, durante muito tempo a benção do boi se deu no interior da Igreja e, posteriormente, no Largo. Contudo, devido ao aumento do número de pessoas que compõem e que acompanham o Boi Lendas e Magias, o evento passou a ser realizado na Praça da Flor do Samba, logo abaixo do Largo. Ainda assim, a imagem símbolo da Igreja permanece central, sendo bordada ou pintada nas indumentárias do grupo.

O Tambor de Crioula "Os Onças" realiza algumas de suas atividades no Largo, como o pagamento de promessas que se cumpre na realização do festejo de Nossa Senhora do Desterro, entre outras práticas.

Figura 11: Manifestações culturais do bairro do Desterro e a centralidade da Igreja São José do Desterro



Fonte: à esq.: benção do Boi Lendas e Magias, do bairro Desterro (8 de junho de 2025, rede oficial do Boi) e à dir.: Tambor de Crioula Os Onças (Acervo do Núcleo São Luís, 2025).

No bairro do Desterro, a ISJD e o Largo também concentram as celebrações religiosas que ocorrem ao longo do ano, a exemplo da celebração do mês Mariano em devoção à Nossa Senhora de Fátima, do festejo de Nossa Senhora do Desterro (que serão retratados nas próximas seções) e da Procissão dos Orixás, que percorre várias ruas do Centro até finalizar no Largo do Desterro.

Em comum, as celebrações citadas acima têm a ISJD como centralidade simbólica. A Procissão dos Orixás, por exemplo, justifica sua finalização na Igreja do Desterro por ser o templo mais antigo – o caráter histórico é reivindicado como forma de dar visibilidade ao evento, que reúne centenas de religiosos e simpatizantes das religiões de matriz afro-brasileira. Promovido pela Federação de Umbanda e Culto Afro-Brasileiro do Maranhão com apoio da Prefeitura de São Luís, a Procissão se inicia na Avenida Pedro II, em frente à Prefeitura de São Luís, e percorre um grande trecho da Rua da Palma até chegar ao Largo do Desterro. O ato integra o calendário oficial das atividades em comemoração ao aniversário da cidade, no dia 8 de setembro, há mais de 50 anos (O Estado do Maranhão, 2019).

Na Procissão dos Orixás, a comunidade religiosa da ISJD e demais moradores do bairro vão até o Largo para vender alimentos e bebidas ou, mesmo, para prestigiar a atividade religiosa que reúne centenas de pessoas do axé (Figura 12).

Neste contexto, a conexão entre religião, patrimônio e identidade cultural se torna ainda mais relevante. O bairro Desterro se destaca como um exemplo emblemático de como as práticas religiosas e o patrimônio histórico estão profundamente entrelaçados na formação da identidade cultural de São Luís.

Figura 12: Procissão dos Orixás se encerra no Largo do Desterro, lava as escadarias com água de cheiro e adentra na Igreja São José do Desterro



Fonte: Acervo do Núcleo São Luís (Procissão dos Orixás, 8 de setembro de 2024).

3.4 Objetos sagrados: imagens sacras de Bom Jesus da Cana Verde, São José do Desterro e Nossa Senhora do Desterro e os sinos

No interior da Igreja São José do Desterro, alguns objetos sacros preservados têm valor relevante para a comunidade. Para Gonçalves e Dias (2018, p. 66–67), em estudo sobre as imagens marianas na experiência religiosa, a beleza simbólica desses objetos expressa não apenas um elemento devocional, mas também comunica, de modo sensível, uma densidade teológica que abre espaço para a manifestação do Mistério.

Na contemplação da imagem, o fiel estabelece um diálogo interior no qual acolhe e interpreta os sentidos narrados pelo símbolo, integrando-os ao seu próprio imaginário religioso. Assim, as imagens sacras configuram-se como fragmentos que evocam o sagrado e oferecem ao observador um espaço de encontro estético e espiritual, no qual fé, memória e tradição se entrelaçam.

A **imagem sacra de São José**, localizada no altar-mor da ISJD, é uma escultura de madeira de origem portuguesa, datada do século XIX (Figura 13). A peça, com 1,30 m de altura, apresenta um estilo de feitura tipicamente europeu, com uma modulação clássica e erudita. O corpo da imagem inclina-se levemente para a esquerda e a face serena é complementada por olhos de vidro. O manto marrom, que cobre a figura, revela, nas costas um estofamento de qualidade sob a pintura original (Brasil, 1979).

Figura 13: Imagem sacra de São José do Desterro



Fonte: À esquerda (Brasil, 1979, p. 234) e à direita Autor (2024).

Em 1832, São José foi escolhido como padroeiro da Igreja, homenageando dois fiéis chamados José – José de Lé e José do Queixo – que contribuíram para a reconstrução

do templo. Desde então, a figura do protetor dos trabalhadores se combina com a narrativa histórica, orgulhosamente preservada pela comunidade, sobre superação, solidariedade e persistência como características positivas do Desterro.

A **imagem do Bom Jesus da Cana Verde**, localizada à esquerda do transepto da Igreja, remonta ao início do século XIX e possui origem brasileira. Com impressionantes 1,81 m de altura, a peça é um exemplo do estilo barroco ibérico que influenciou a produção artística no Brasil, marcado pelo realismo dramático e naturalismo expressivo. A escultura (Figura 14) é caracterizada por olhos de vidro, barba bipartida e um corpo musculoso que expressa vigor, embora com algumas falhas anatômicas (Brasil, 1979).

Nos últimos anos, especialistas indicaram a necessidade de retirar camadas da repintura que encobrem aspectos originais da imagem, visando a restauração dos detalhes de sua concepção original.

Figura 14: Bom Jesus da Cana Verde



Fonte: À esquerda (Brasil, 1979, p. 235) e à direita Autor (2024).

As **imagens sacras de Nossa Senhora de Fátima e de Nossa Senhora do Desterro** (Figura 15) são componentes essenciais do patrimônio cultural religioso da localidade. Na ISJD, essas imagens possuem um significado religioso profundo no âmbito da devoção mariana. Nossa Senhora do Desterro é, historicamente, a devoção mais antiga, a qual denominava a ermida construída pelos portugueses no século XVII. Enquanto Nossa Senhora de Fátima movimenta um calendário litúrgico bem marcante para a comunidade e fiéis de outros bairros que vem acompanhar o mês de maio. Ambas imagens

saem em procissão pelas ruas do Desterro nos eventos religiosos atualmente e no jornal Pacotilha existem registros de procissões com as imagens sacras pelo bairro desde 1855.

Figura 15: Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Desterro



Fonte: Autor (2024).

Os **sinos da Igreja São José do Desterro** também são considerados objetos sagrados e possuem uma importância particular, funcionando como elemento sonoro de comunicação. A igreja, que abriga uma torre sineira única – historicamente composta por quatro sinos - utilizava-os, com bastante frequência, para anunciar eventos religiosos como missas e cerimônias fúnebres, além de marcar ritmos da vida social religiosa do bairro, recordando acontecimentos históricos e sociais, como entradas e saídas de figuras políticas e religiosas desde o século XVIII (Lacroix, 2020). Atualmente, entretanto, permanecem apenas dois sinos na torre sineira, não havendo registros documentais claros que expliquem a retirada ou destino dos demais, o que evidencia lacunas na preservação e na memória material desse patrimônio sonoro.

Cada sino da ISJD (Figura 16) foi, segundo registros históricos, batizado com o nome de um santo, a saber: São José, São Luís, Santa Bárbara e São Jerônimo (Biblioteca do IBGE, s/d). Mesmo com a redução dos sinos, a tradição de comunicar o falecimento de moradores do Desterro ocorria pelo toque fúnebre, uma “melodia melancólica”, menciona entrevistado 12. Esse toque específico ainda é mantido como prática e saber tradicional por Dalmir Campos, um dos poucos que possui esse conhecimento, o que reforça o valor imaterial associado aos sinos, para além de sua materialidade física.

Figura 16: Sinos da Igreja São José do Desterro



Fonte: Autor (2024).

A estrutura sineira da igreja enfrenta desafios devido à deterioração causada pelo tempo e pela falta de manutenção adequada. A torre sineira apresenta crescimento de vegetação e necessita de reparos estruturais para garantir a preservação do patrimônio histórico. Atualmente, alguns desses problemas estruturais foram reduzidos, porém é visível a necessidade de manutenção no local. Além disso, problemas no forro e no piso de madeira comprometem não apenas a segurança da edificação, mas também o acesso e o toque dos sinos, o que contribui para o enfraquecimento de uma prática simbólica historicamente relevante para a comunidade, dificultando a prática dessa tradição sonora que os moradores mais antigos se recordam com muito carinho e respeito.

3.5 Celebrações religiosas católicas: Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora do Desterro e mês mariano em devoção à Nossa Senhora de Fátima

As celebrações religiosas no bairro do Desterro exercem papel fundamental na consolidação da identidade e memória da comunidade local. As festividades costumam envolver missas, novenas e procissões. Enquanto manifestações públicas da fé e da devoção, as procissões religiosas percorrem as ruas do Desterro, construindo itinerários simbólicos e produzindo memórias que atravessam gerações.

Na Igreja São José do Desterro, três celebrações principais foram relatadas pelos moradores. A devoção ao **Senhor Bom Jesus da Cana Verde**, configurava-se como uma

procissão quaresmal realizada em devoção ao santo, tendo como marco central a Paixão de Cristo. No Desterro, essa procissão foi inicialmente organizada pela extinta Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, instalada no Convento das Mercês, a qual realizou a procissão até os anos 1960, quando esta foi descontinuada por razões desconhecidas.

Na década de 1990, a procissão foi retomada por iniciativa da comunidade com apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão e da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, voltando a ser interrompida posteriormente por motivos que a comunidade não sabe precisar.

O que se percebe, no Senhor Bom Jesus da Cana Verde, é determinada identificação com o sofrimento humano. Com efeito, na tradição católica, essa divindade representa o próprio Cristo crucificado, morto e ressuscitado.

Trata-se, assim, de uma procissão que ainda habita nas memórias das pessoas e cuja ausência é sentida pela comunidade. Provocada sobre o tema, saudosamente, a entrevistada 19 comentou: *“a procissão em homenagem ao santo rodava o bairro do Desterro todo, o santo vivia o tempo todo com a cana na mão. Era uma festa bonita”*. Ainda segundo ela, quando a cana não estava nas mãos do santo, a comunidade prontamente a colocava. Só assim a festa tinha sentido: com a cana nas mãos do santo.

A imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde remete à figura de Jesus Cristo humilhado e carregando uma cana verde, em alusão à cana com a qual foi ridicularizado antes da crucificação. Segundo Lino, a imagem do “Senhor da Cana Verde corporifica Cristo esgotado, ensanguentado, com um manto escarlate nos ombros e um caniço nas mãos amarradas” (2016, p. 174). Esse simbolismo, para a comunidade do Desterro, também assume um caráter de esperança e fé, pois o ato de carregar a cana verde é entendido como um pedido de bênçãos, especialmente em tempos difíceis.

Por sua vez, as comunidades agrícolas, não raro, assumem a devoção associando a cana com a cana-de-açúcar, pedindo daí bênçãos para as suas colheitas. Vale ressaltar que a imagem que se encontra atualmente na Igreja São José do Desterro não possui o pedaço de cana nas mãos, o que causa estranheza para alguns religiosos dali.

O entrevistado 12, morador do bairro e membro do conselho paroquial da Igreja do Desterro, afirma que a procissão no Desterro estaria, na verdade, *“adormecida”*, podendo acordar a qualquer momento, considerando que existiria ali um grupo de religiosos que vem discutindo as possibilidades de retorno da festa. As dificuldades financeiras foram apontadas como uma das causas de tal adormecimento. *“A imagem era pesadíssima. Era uma imagem de madeira com estrutura metálica. Para carregar este*

andor era preciso cerca de seis pessoas. Tudo isso contribuiu para aquela tradição adormecer”, afirmou o depoente.

Sobre o itinerário da procissão, o entrevistado 12 esclareceu que a mesma seguia pelo chamado “espaço quaresmal”, traçando pontos, por exemplo, na rua Afonso Pena, no Beco da Pacotilha e na lateral da Igreja da Sé – Centro Histórico de São Luís.

Outro ponto alto do calendário religioso do Desterro é o festejo em homenagem à **Nossa Senhora do Desterro**, realizado anualmente na segunda quinzena de agosto (Figura 17). Esta celebração, que já ocorre há mais de 15 anos na Igreja São José do Desterro, atrai uma significativa quantidade de fiéis e reflete a devoção mariana característica do templo.

A imagem de Nossa Senhora do Desterro, também conhecida como Nossa Senhora da Fuga, simboliza a proteção e o acolhimento, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades, como os imigrantes. Retratada no episódio bíblico da fuga para o Egito, narrado no Evangelho de Mateus, a cena é representada pela imagem com um burro, José segurando um cajado e uma trouxa de roupas e Maria com o Menino Jesus no colo.

O novenário em homenagem à Nossa Senhora do Desterro ocorre à noite, com uma programação que inclui a reza do terço, ladainha e missas, culminando em uma procissão que percorre algumas das ruas do bairro do Desterro.

Durante a procissão, a imagem da santa é acompanhada por fiéis que entoam cânticos e orações, reforçando a unidade da comunidade. Essas práticas religiosas desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva. Como afirma Nora (1993, p.9), “a memória é sempre portadora de um grupo vivido, de uma filiação, de uma experiência coletiva antiga ou moderna”.

Figura 17: Imagem de Nossa Senhora do Desterro, procissão e Largo do Desterro durante o festejo



Fonte: Núcleo São Luís (2024).

Desde 2017, a festa foi incluída no calendário turístico e religioso do Maranhão pela Lei n. 10.731, sancionada pelo governo estadual. Esse reconhecimento oficial não só valoriza o festejo como um bem cultural, mas também incentiva sua continuidade e promove o engajamento de novos participantes. A festa de Nossa Senhora do Desterro, portanto, além de ser um evento religioso, é uma expressão cultural e social que contribui para a identidade e o patrimônio do bairro.

Celebrado em maio, o Mês Mariano em devoção a **Nossa Senhora de Fátima** integra as festividades religiosas do Desterro e representa uma prática popular consolidada. O Mês Mariano é uma tradição católica dedicada à Virgem Maria, considerada a mãe de Jesus e a intercessora da paz. No Desterro, a festa de Nossa Senhora de Fátima (Figura 18) já acontece há mais de 30 anos, sendo marcada por missas, procissões e um rito especial no dia 13 de maio, data em que se recorda a primeira aparição da santa em Fátima, Portugal.

Figura 18: Celebrações durante o mês Mariano



Fonte: perfil oficial @igrejadedesterroslzma no Instagram.

O Mês Mariano tem início com a Missa de Anunciação na ISJD e, ao longo das semanas, inclui procissões e momentos de oração nas casas dos moradores, que recebem a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

O ato de deslocar a imagem da santa pelas residências reforça o sentido de pertencimento dos moradores e a sensação de proximidade com o sagrado. Na figura 14,

um mosaico com três momentos distintos durante o mês Mariano. As imagens refletem a variação de ornamentos e arranjos, destacando a riqueza simbólica e a devoção da comunidade local ao longo da celebração.

Nesse contexto, destaca-se a figura dos chamados “noitantes”, fiéis que, segundo a tradição, organizam as celebrações a cada noite em devoção à santa. Estas podem ocorrer tanto nas residências dos ofertantes quanto na própria Igreja, dependendo das condições do espaço e do desejo da família (Figura 19).

Figura 19: Convite da 15ª noite do Mês mariano, sob responsabilidade de duas moradoras (noitantes) do bairro do Desterro, ano de 2025



Fonte: perfil oficial @igrejadedesterroslzma no Instagram (2025).

Durante a pesquisa, conseguimos acompanhar a celebração do dia 30 de maio de 2025, quando Dona Maria da Graça e sua família, como noitantes, organizaram a celebração na Fábrica de Artes, local que atualmente abriga o grupo de tambor de crioula Caras de Onça. A celebração contou com cânticos, orações, a reza do terço e, ao final, foi servido caldo aos presentes (Figura 20). A imagem de Nossa Senhora de Fátima - a menor e mais leve entre as três utilizadas pela comunidade - foi levada ao local para a celebração e, ao término, conduzida de volta à Igreja pela família noitante (Figura 21).

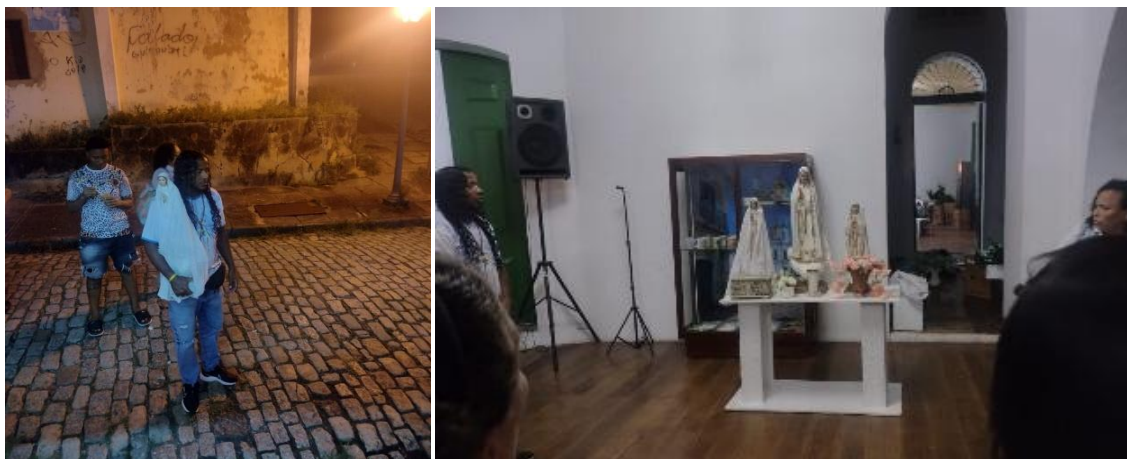
O pesquisador observador-participante chegou à Fábrica de Artes antes do início da missa, acompanhando a celebração e interagindo com os fiéis, coletando impressões e observando as práticas religiosas. Ao final da celebração, caminhamos junto, alguns dos cerca de dez fiéis que retornar a imagem à ISJD cantando pelas ruas do bairro. Embora não se tratasse de uma procissão formal, e contasse com poucas pessoas no curto trajeto, o momento foi marcado por forte devoção e expressão de fé.

Figura 20: Devotos reunidos para celebração à Nossa Senhora de Fátima na Fábrica de Artes



Fonte: Autor (2025).

Figura 21: Imagem de Nossa Senhora de Fátima levada pelas ruas do bairro do Desterro, durante mês mariano



Fonte: Autor (2025).

Segundo relato do morador e fiel da ISJD, Seu Dalmir Campos, faz pelo menos uma década que a tradição se realiza de modo diferente: a imagem de Nossa Senhora era levada à casa do noitante no início da noite, permanecendo ali até o dia seguinte, quando era conduzida à próxima residência ou à Igreja. Essa prática, embora menos comum hoje, evidencia a força do vínculo afetivo que a população do Desterro mantém com a devoção

mariana. Mesmo com adaptações, o Mês Mariano continua sendo uma importante expressão de fé e identidade local, fortalecendo os laços entre os moradores e a memória coletiva do bairro.

Ao final do mês, é cantada uma ladainha em latim, liderada por Maria da Graça Torres, seguida pela “queima das intenções”. Esse ritual consiste em queimar as petições e agradecimentos guardados ao longo do mês, simbolizando a renovação espiritual dos fiéis. A queima das intenções representa um momento de purificação e fortalecimento da fé, contribuindo para a renovação dos laços entre os moradores e a perpetuação da tradição religiosa da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito investigar a história religiosa do bairro Desterro, em São Luís-MA, com foco na Igreja São José do Desterro (ISJD) como elemento central. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que integrou conceitos de memória e identidade na construção das referências do patrimônio cultural, destacou-se a relação profunda entre a igreja e a comunidade local.

A ISJD se revelou um lugar de memória com grande relevância na identidade cultural do bairro. Como apontam os relatos orais coletados e a documentação escrita, desde o início da formação urbana da área, a partir da construção da ermida em 1618, passando pela centralidade na socialização cotidiana entre os moradores ao longo dos séculos, até os eventos contemporâneos que congregam diferentes grupos e manifestações culturais, a ISJD e o Largo do Desterro configuram-se como espaços de referência na socialização, na produção e na transmissão de memórias e identidades.

O patrimônio relacionado à ISJD compreende tanto o templo físico - que passou por diferentes fases de abandono, reformas e ressignificações - quanto os objetos sacros preservados em seu interior (Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora de Fátima, São José do Desterro e os sinos), bem como as celebrações religiosas (Bom Jesus da Cana Verde, festejo de Nossa Senhora do Desterro, Mês Mariano em devoção a Nossa Senhora de Fátima e Procissão dos Orixás) e as práticas culturais que acontecem ou já aconteceram na igreja e no Largo do Desterro (Tambor de Crioula, Bumba-meu-boi, Carnaval, jogos, gincanas, encenações e ensaios). Todo esse conjunto de materialidades e imaterialidades se articula em uma continuidade histórica que confere à ISJD um papel de destaque no bairro do Desterro.

Este estudo buscou também contribuir com a historiografia local, valorizando histórias e memórias que, embora muitas vezes negligenciadas, são fundamentais para a compreensão da formação histórico-cultural de São Luís, a partir de uma abordagem de Micro-História centrada no bairro do Desterro. Ao trazer à luz relatos, vivências e práticas cotidianas, reafirma-se a importância de recortes locais para a preservação da diversidade da memória histórica.

Apesar dos resultados alcançados, este trabalho apresentou limites que precisam ser explicitados. Um dos principais refere-se ao acesso às fontes documentais, uma vez que parte significativa da documentação histórica sobre a Igreja e o bairro é fragmentada, dispersa ou de difícil acesso. Além disso, a própria extensão do trabalho impôs restrições à exploração mais aprofundada de determinados temas. Durante o levantamento bibliográfico, observou-se que muitos estudos já existentes reiteram informações consolidadas, oferecendo poucos dados inéditos, o que exigiu um esforço interpretativo para articular essas fontes a partir de novas problematizações.

No que se refere à História Oral, embora os relatos tenham sido fundamentais para compreender os sentidos atribuídos pela comunidade à Igreja e ao Largo, reconhece-se que eles não foram explorados de maneira exaustiva. O uso dessa abordagem teve como objetivo principal fundamentar metodologicamente o trabalho e evidenciar sua potencialidade, sem a pretensão de realizar um estudo exclusivo ou aprofundado de caráter etnográfico ou de longa duração.

Assim, este estudo aponta possibilidades de desdobramentos futuros, como o aprofundamento da História Oral com um número maior de interlocutores, a ampliação do recorte documental, bem como análises comparativas com outros bairros históricos de São Luís. Tais caminhos podem contribuir para o fortalecimento das pesquisas sobre patrimônio, memória e religiosidade, ampliando a compreensão do papel da ISJD na dinâmica histórica e cultural do bairro do Desterro.

Por sua vez, um dos méritos da pesquisa consiste em articular tantos aspectos internos e externos, quanto processos mais antigos e recentes que envolvem a Igreja São José do Desterro, tomando-a como centro vitalizador de relações sociais historicamente estabelecidas. Compreender o patrimônio e a identidade a partir do simbolismo presente nas práticas religiosas revela um modo de viver integrado e afetivo em que o processo histórico se reorganiza cotidianamente alinhavando as memórias construídas a partir da Igreja e do Largo, em que os objetos, as celebrações e as pessoas alimentam a história do bairro do Desterro – um dos núcleos fundacionais da capital maranhense São Luís.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Vol. I - Princípios e conceitos. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BEZERRA, Nayara Pereira. **Patrimônio vivo**: narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). 2018. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Catálogo Igreja de São José do Desterro**: São Luís, MA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=434941>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Planta della città de S. Luigi, metropoli del Maragnone**. Disponível em: <https://ccv-ma.org.br/programacao/exposicoes/cartografias-urbanas-do-maranhao>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. **História**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 29, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO SOUSA, Edson; BRITO, Sonia Regina Sousa. **Arquitetura e arte religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008.

BRASIL. Maranhão. **Lei n. 10.731, de 2017**. Altera o calendário turístico e religioso do estado do Maranhão. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 2017.

BRASIL. Ministério do Interior. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CARR, Edward Hallet. **O que é a História?** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

CBTM – Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. **Esporte e lazer marcam dia inteiro de ação no Desterro Feliz**. 14 fev. 2011. Disponível em: <https://www.cbtm.org.br/noticia/detalhe/76955/esporte-e-lazer-marcam-dia-inteiro-de-acao-no-desterro-feliz>. Acesso em: 2 set. 2025.

CENTRO CULTURAL DA VALE. **O Maranhão por Pierre Verger** – Caderno de exposição. [recurso eletrônico]. São Luís: Vale, 2021. Disponível em: <https://ccv-ma.org.br/app/uploads/2022/03/ccvmpierrevergercatalogodigitalfinal10-11-2021.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação patrimonial no bairro do Desterro**: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp; Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 11-23, 2021.

COSTA FILHO, José Ribamar da. **Pensar a paisagem, fazer roteiro turístico**: pelos caminhos do bairro do Desterro, Centro Histórico de São Luís - MA. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

COSTA, Flávio Menezes da. **Moradas e memórias**: a preservação do patrimônio histórico em São Luís. São Luís: EdUFMA, 2015.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CUTRIM, Lucas Delano Serra; DEMÉTRIO, Jorge Creso Cutrim; DEMÉTRIO, Fernando Jorge Cutrim. **Manifestações patológicas em igrejas do patrimônio histórico de São Luís**. São Luís: EDUEMA, 2025.

DEL PRIORE, Mary. **Religiosidade e Cultura no Brasil Colonial**. São Paulo: Unesp, 2011.

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos; SILVA, Creudercy Costa da. Memórias sociais de moradores do Desterro: a festa de Santo Antônio na casa de Maria Brito. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n.32, p.5-6, 2005. Disponível em: https://cmfolclore.ufma.br/arquivos/76af71a2bb62f40c_175256bbcadb480a.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

GOMES, Janete Sousa da Costa. **A produção e o comércio do algodão no Maranhão de 1760 a 1900**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

GONÇALVES, Paulo; DIAS, Michele. Da experiência estética à experiência religiosa: a beleza simbólica das imagens marianas como mediação da experiência religiosa. **Teoliterária**, v. 8, n. 15, p.47-64, 2018.

GREGORY, Júlia Leite. História cultural e micro-história: uma relação historiográfica. **Revista Latino-Americana de História**, UNISINOS, v. 8, n. 22, p. 275-289, 2019.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Centro Histórico de São Luís (MA)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

IPHAN. **Cidades históricas**: inventário e pesquisa - São Luís. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

LACROIX, Maria de Lourdes Launde. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. 2. Ed. Ampl. São Luís, 2020. Vol. II.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Carlos. **Caminhos de São Luís**: ruas, logradouros e prédios históricos. São Luís: Sicialisno, 2002.

LINO, Anderson. **Aproximações culturais e conflitos sociais em torno da imagem do Bom Jesus da Cana Verde**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2016.

LOPES, José Antonio Viana (Coord.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara**. Ed. bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Notas e apuração de Jomar Moraes. 3. Ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, p. 95 - 108, 2011.

MENDES, Joquebede Veiga Machado. **Um novo olhar para o patrimônio: sua comunidade – novos caminhos, novas trilhas**. São Luís, 2010.

MOTA, Antonia da Silva; CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. Potencialidades de ensino e pesquisa em espaços de sociabilidade: as irmandades negras em São Luís do Maranhão. **Educação & Linguagem**, v. 25, n. 2, p. 37 - 59, 2024. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/educacaolinguagem/article/view/573>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MOURA, Carlos André Silva de. **Metodologia da História** [recurso eletrônico]. Recife: Unicap digital, 2022. Disponível em: <https://porto.unicap.br/pergamumweb/vinculos/0000c5/0000c5d9.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. n.3, São Paulo, p. 109 - 127, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

NORONHA, Raquel Gomes; OLIVEIRA FILHO, Hamilton de; RODRIGUES, Carlos Delano. Lugares comuns: a marca territorial do Desterro, identidade e etnografia. In: **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. 2008.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Procissão dos Orixás: milhares de adeptos de religiões afro celebram 407 anos de São Luís**, por Daniel Matos, publicado em 09 de set. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/SzIh>. Acesso em: 6 jul. 2025.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães. **Becos e telhados**. São Luís: AMEI, 2018.

REZENDE SILVA, Maria Beatriz Setubal de (Org.). **Cidades históricas – inventário e pesquisa** São Luís. Brasília: IPHAN, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Chicago: Editora da Universidade de Chicago, 1991.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. **Patrimônio e Memória**, v. 17, n. 2, p. 152–168, 2021.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SANT'ANNA, Marcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano;

SÃO LUÍS, Prefeitura de. **Mapa de bairros e arruamento**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, 2010.

SÃO LUÍS, PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei nº 3253, de 29 de dezembro de 1992** – estabelece a Lei de Zoneamento Municipal de São Luís.: Secretaria Municipal de Governo, 1992.

SÃO LUÍS. **Desterro**: um bairro além dos mapas. São Luís: Edufma, 2005.

SMITH, Laurajane. **Usos do patrimônio**. Londres: Routledge, 2006.

SOUZA, José Arilson Xavier; SILVA, Elisabete de Fátima Farias.; (Org.). **Patrimônio cultural do bairro Desterro**: laços afetivos e comunitários no habitar o Centro Histórico de São Luís /MA – Dossiê do Núcleo São Luís. Projeto Inventário participativo para identificação e gestão do patrimônio cultural. EDUEMA. *No prelo*.

SOUZA, José Arilson Xavier de; SILVA, Elisabete de Fátima Farias; MARQUES, Ana Rosa. Bairro Desterro, Centro Histórico de São Luís do Maranhão: valores e sentidos do patrimônio cultural. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOUZA, José Arilson Xavier de (Org.) **Abordagens geográficas do patrimônio cultural**. Campinas: Amazônia Bookshelf, 2024. [Texto 8 - Capítulo de livro].

TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, dez. 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TV MIRANTE. **Casarão desaba e atinge carro no Centro Histórico de São Luís**: Desabamento aconteceu na Rua do Giz e proprietário já tinha ordem da Justiça para reparar o imóvel. Publicado em 8 de junho de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/06/08/casarao-desaba-e-atinge-carro-no-centro-historico-de-sao-luis.ghtml>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Maranhão, 1971.

APÊNDICE A – ENTREVISTA DIRECIONADA À COMUNIDADE RELIGIOSA DA IGREJA SÃO JOSÉ DO DESTERRO



Este roteiro de entrevista tem como objetivo coletar informações sobre a Igreja São José do Desterro, localizada no Centro Histórico de São Luís, e sua importância para o bairro Desterro e frequentadores de outras localidades. As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Andrew Wilfford Cardoso Vieira.

IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____ 2. Sexo: () Masculino () Feminino () Outro: _____
3. Profissão/Ocupação: _____
4. Reside em São Luís? () Sim () Não
5. É morador do Desterro? () Sim () Não – se não for morador, responder a questão 6, 6.1 e 6.2
 - 5.1 Há quanto tempo: _____
6. Bairro que reside atualmente: _____
 - 6.1 Há quanto tempo: _____
 - 6.2 Qual sua ligação com o Desterro: _____
7. Como você considera sua frequência em relação à Igreja São José do Desterro?
() Assídua () Eventual () Nunca frequentei () Outro: _____
8. Como você conhece a Igreja São José do Desterro?
() Visitei recentemente () Moro no bairro Desterro () Conheço por tradição religiosa () Outros: _____

HISTÓRIA E MEMÓRIA

1. Quais histórias ou tradições relacionadas à Igreja São José do Desterro são mais lembradas por você?
2. Você acredita que a preservação da Igreja é fundamental para a memória do bairro Desterro? Por quê?

ASPECTOS ARQUITETÔNICOS E ARTÍSTICOS

1. O que chama mais a atenção na arquitetura da Igreja São José do Desterro?
() A fachada () O interior da igreja () A arte sacra () Outros: _____
2. Como você avalia a importância da Igreja São José do Desterro como patrimônio histórico para São Luís?
() Muito importante () Importante () Pouco importante () Nada importante
3. Você considera que a Igreja está sendo bem preservada e cuidada? Se não, o que poderia ser melhorado? () Sim () Não

RELAÇÕES RELIGIOSAS, SOCIAIS E CULTURAIS IGREJA-DESTERRO

1. Na sua opinião, o que a Igreja São José do Desterro representa para o Bairro, para as pessoas daqui?
2. De qual maneira a Igreja São José do Desterro, e tudo o que ela representa e movimenta no bairro, contribui para a vida cotidiana da comunidade?
3. Você percebe a Igreja como um centro influência no bairro Desterro? Por quê?
4. Qual a importância da Igreja São José do Desterro para o fortalecimento da identidade cultural local?
5. Em sua opinião, qual o maior legado da Igreja São José do Desterro para a história de São Luís?